



ELZA CHAMBEL

Morreu a “senhora da solidariedade”

Director Padre Lino Maia |
Director-Adjunto Eleutério Alves



paladares
paroquiais

INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Queijos e bolachas na promoção da sustentabilidade



SEMINÁRIO UDIPSS-LISBOA

Criar uma enorme onda pela coesão e inclusão



CENTRO JUVENIL DE S. JOSÉ, GUIMARÃES
Um século a formar cidadãos

CAS TORTOSENDO, COVILHÃ

Novo edifício fez nascer uma renovada instituição



SAÚDE, EDUCAÇÃO E EMPREGO

Mais responsabilidades para as IPSS



Mudança de Paradigma na acção das IPSS

A Economia Social e solidária representa uma evolução histórica, integrando princípios e práticas com sentido cultural e humano, resultantes dos dilemas que a sociedade civil é forçada a assumir perante as contingências de várias crises e falhas do Estado e do Mercado e hoje procura, novamente, reconstruir essa missão, impulsionada que é pelos efeitos da globalização que continua a introduzir profundas transformações sócio-económicas que afectam as sociedades modernas, e tomam imperativa a procura de novas formas de intervenção e o ajustamento das respostas sociais já existentes de modo a introduzirem a flexibilidade necessária para atender à mudança constante e crescente complexidade da realidade social.

Em Portugal, a complexa realidade social agravou-se a partir de 2008 e mais acentuadamente a partir de 2011, em consequência do 'programa de austeridade' e caracteriza-se pelo aumento da pobreza estrutural de longa duração com efeitos dramáticos ao nível das crianças e juventude, redução do mercado de emprego, redução das despesas públicas, redução das disponibilidades financeiras do Estado para as IPSS.

O Estado, as Instituições e entidades privadas tem hoje uma responsabilidade social acrescida e mais exigente. As IPSS tem de assumir o seu peso na economia nacional e a sua responsabilidade e oportunidade de serem actores importantes na definição das políticas públicas, na criação de emprego, na coesão territorial, no desenvolvimento da comunidade local e na luta contra a exclusão social e a pobreza, mas tem de ter em conta a mudança de paradigma da relativa

abundância para a escassez dos apoios do Estado obrigando, assim, as IPSS a alterar a estrutura do financiamento e o seu modelo de governação.

A gestão das IPSS é hoje uma tarefa de elevada exigência, complexidade e multidisciplinaridade sendo a actualização de competências dos dirigentes e técnicos um requisito fundamental para um desempenho de relevante sucesso, no entanto, verifica-se que essa actualização de competências não tem sido uma prática corrente. Tenho muito respeito e admiração pelos dirigentes das IPSS que devotam o seu tempo, dedicação, sentido empreendedor, capacidades, experiência de vida, sabedoria e voluntarismo em servir as populações procurando respostas para as necessidades da comunidade adoptando, em geral, um tipo de gestão que ainda privilegia o isolamento na acção e se apoia no saber da experiência, do querer realizar e que tem sido muito, nos últimos 30 anos, estando ausente, em muitas instituições, a utilização de técnicas de gestão modernas e profissionais.

O actual paradigma de relacionamento entre os principais actores (Segurança Social, IPSS, Municípios, Sector privado) tem privilegiado a acção isolada de cada entidade, estando ausente, em geral, uma relação colaborativa com o objectivo partilhado e comum de atingir o máximo do potencial do conjunto das entidades envolvidas ao nível da comunidade local.

É importante encontrar respostas para as seguintes questões:

Como podem as instituições ser mais efectivas em projectar e sustentar a mudança?

1) O paradigma de gestão convencional e isolado ainda funciona para enfrentar os complexos problemas sociais actuais? Se não, quais são as opções?

2) É possível os diferentes actores assumirem o seu papel e aceitarem trabalhar em conjunto para maximizar a utilização dos recursos que são escassos?

As respostas implicam um pensamento estratégico, colaborativo e inovador e uma atitude e prática permanente de mudança.

As estratégias tradicionais, muitas vezes, ignoram ou minimizam a complexidade porque ela é difícil de compreender e de prever e porque a formulação de estratégias para problemas complexos devem compreender um enquadramento para a acção, aprendizagem e melhoria contínua, o que requer a utilização de pensamento estratégico e técnicas modernas de planeamento e de gestão.

O grande desafio é a mudança para o **novo paradigma que se caracteriza por:**

- 1) da relativa abundância **para** a escassez dos apoios do Estado
- 2) do isolamento **para** a relação colaborativa e trabalho em rede com pares e outras partes interessadas
- 3) do uso exclusivo e isolado **para** a partilha de equipamentos e outros recursos
- 4) da aquisição isolada de bens e serviços **para** organização central de Compras reduzindo os custos dos produtos
- 5) de ambiente concorrencial **para** a cooperação poupando recursos fazendo chegar ajuda a mais necessitados e ser mais solidário

José Leirião
CNIS



Proposta de modelo de actividade dos vários actores de suporte ao novo paradigma acima indicado.

As entidades envolvidas devem ouvir as pessoas e também entender que tem de **'trabalhar em conjunto'** e de forma complementar, transparente e aberta sem receios de perder influências e encontrando sinergias que contribuam decisivamente para a sustentabilidade das IPSS, nas suas actividades de apoio social e de resposta às carências locais; não é uma tarefa fácil, mas tem de ser superada para que exista futuro para as várias dimensões do apoio social. Têm a palavra e a responsabilidade de darem o passo em frente, os responsáveis das entidades identificadas cumprindo cada um a sua parte, para que o resultado global final seja positivo, contribuindo decisivamente para um desenvolvimento inclusivo e livre, tanto quanto possível, da pobreza extrema.

Mahatma Gandhi (**fazer por mim sem mim, é contra mim**)

BRAGANÇA

União das IPSS explica Protocolo de Cooperação

A necessidade de responder às preocupações das instituições do setor social levou a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Bragança (UIPSSDB) a organizar uma Sessão de Esclarecimento e Apresentação do Protocolo de Cooperação para o Biénio 2015-2016, das Circulares n.º 4 e 5 da Direção Geral da Segurança Social e do Decreto-lei N.º UDIPSS-CASTELO BRANCO

172-A/2014.

A iniciativa decorreu no Auditório do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Bragança, Instituição Associada desta União.

Estiveram presentes, entre Dirigentes e Técnicos, mais de 125 representantes das Instituições Associadas de todo o Distrito de Bragança. Os representantes das 54 Associadas presentes foram esclarecidos

sobre as novas regras de comparticipação familiar, a necessidade de revisão dos Estatutos das IPSS, até ao mês de Novembro, entre muitas outras questões. Foram, ainda, apresentados os modelos de Regulamento Interno e do Contrato de Prestação de Serviços para diferentes respostas sociais, na área da infância, deficiência e população idosa.

A UIPSSDB promoveu esta Ação

contando com a colaboração da CNIS – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade, muito bem representada pelos seus Assessores da Direção – Dra. Filomena Bordalo e Dr. Henrique Rodrigues.

A enorme participação nesta Sessão demonstra bem o interesse e a vontade de fazer cada vez mais e melhor, por parte das Associadas da UIPSSDB.

Sessão de esclarecimento em Idanha-a-Nova

Realizou-se no dia 28 de maio, mais uma reunião descentralizada nos concelhos do distrito, promovida pela UDIPSS Castelo Branco, com as IPSS e Misericórdias do concelho de Idanha-a-Nova. Além dos Órgãos Sociais da União, dos representantes das nove IPSS

Associadas do concelho, também estiveram presentes representantes de seis Misericórdias/IPSS, que embora não fazendo parte da União, algumas dessas messas Instituições manifestaram a sua intenção de aderirem à UDIPSS Castelo Branco. A reunião decorreu

na escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova (ESGIN), estando presente o Presidente da Câmara Municipal, Armindo Jacinto e a Diretora da ESGIN, Ana Rita Baptista Garcia. A presidente da UDIPSS Castelo Branco, Maria de Lurdes Pombo, efetuou uma apresentação

sobre o papel da União e da CNIS, a legislação recentemente publicada e prestou várias informações. As Instituições colocaram as suas dificuldades e apresentaram algumas sugestões, que suscitaram um excelente debate que foi extremamente esclarecedor.



1. “2010 deve marcar um novo recomeço. Nos últimos dois anos, milhões de pessoas perderam o seu emprego. Será necessário suportar durante muitos anos o peso da dívida gerada pela crise, da qual resultaram novas pressões sobre a nossa coesão social. A crise veio, por outro lado, revelar algumas verdades fundamentais sobre os desafios com que a economia europeia está confrontada.

A Europa tem de regressar ao bom caminho e manter o rumo. É este justamente o objectivo da estratégia Europa 2020: criar mais emprego e assegurar melhores condições de vida. Esta estratégia demonstra a capacidade da Europa para gerar um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, para encontrar os meios para criar novos postos de trabalho e para propor um rumo claro às nossas sociedades.”

(José Manuel Barroso in Prefácio “Comunicação da Comissão” Europa 2020)

2. Até 2020, a União Europeia pretende alcançar cinco ambiciosos objetivos: na educação (reduzir o abandono escolar precoce para menos de 10% e pelos 40% dos mais jovens devem ter formação superior), na inclusão social (20 milhões de pessoas devem sair do risco de pobreza), na investigação e desenvolvimento (3% do PIB da UE deve ser gasto em I&D), no clima/energia (redução de 20% dos gases efeito estufa, redução de 20% do consumo de energia, através da eficiência energética e aumento de 20%

das energias renováveis) e no emprego (75% da população com idade entre 20 e 64 anos deve estar empregada).

Estes exigentes objetivos são apoiados por sete iniciativas emblemáticas que servem de enquadramento para atividades conjuntas da UE e das autoridades nacionais nas seguintes áreas: economia digital, eficiência na utilização dos recursos, emprego, inovação, juventude, pobreza e política industrial.

É neste contexto que surge o “Portugal 2020”, Acordo de Parceria realizado entre Portugal e a Comissão Europeia, no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial, a promover no nosso país, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação deverão estar alinhados com os da estratégia europeia.

No Portugal 2020 foram definidos os Objetivos Temáticos para estimular o crescimento e o emprego, as intervenções necessárias para os concretizar e as realizações e os resultados esperados com estes financiamentos.

Os principais objetivos das políticas a prosseguir no Portugal 2020 são a transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo, a integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social, a promoção do desenvolvimento sustentável, a

capacitação, modernização e racionalização da Administração Pública, a redução dos níveis de abandono escolar precoce, o estímulo à produção de bens e serviços transacionáveis, o incremento das exportações, o cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos e o reforço da coesão territorial.

É a primeira vez que existe um Programa Operacional exclusivamente dedicado à Inclusão Social e Emprego – POISE.

3. Neste momento, está aberta a candidatura para as organizações que fazem parte do CNES. A CNIS, nessa qualidade, vai apresentar uma candidatura a todas as ações elegíveis, com o objetivo de ficar mais robustecida para melhor apoiar as associadas.

A criação de um gabinete de apoio técnico com pólos de atendimento será a nossa grande prioridade. A divulgação de boas práticas e o desenvolvimento de ações que permitam a criação do trabalho em rede, bem como a inovação e o empreendedorismo social associados às novas tecnologias, também farão parte da nossa candidatura. Os estudos e as bases de dados são elementos fundamentais para qualificar a nossa intervenção por isso nos candidataremos.

Lamentavelmente, não se pode dizer que as intervenções formativas organizadas com recurso à metodologia de formação-ação, aqui previstas, são dirigidas para as nossas IPSS. Esse seria nosso desejo, não só por ser a metodologia de

formação mais eficaz, como, também, por muitas instituições manifestarem a sua vontade em participar num programa de formação ação à semelhança dos que foram realizados anteriormente.

A CNIS vai também promover Encontros Regionais em colaboração com as CCDR para que estes organismos públicos possam esclarecer sobre as possibilidades de candidatura existentes nos seus programas regionais. O calendário será brevemente anunciado.

Muitos dirigentes já terão participado em sessões de apresentação do Portugal 2020. Contudo será oportuno tratar este assunto por várias razões:

Em primeiro lugar, para sublinhar o contexto em que ele foi concebido para ajudar a fazer candidaturas de forma mais informada;

Em segundo lugar, para dar a informação disponível, quer no que respeita à CNIS, quer em relação às instituições;

Por último, para insistir na necessidade de atenção sem ansiedade, própria ou induzida por terceiros que no Portugal 2020 encontram o seu modo de vida. As candidaturas têm de ser relevantes para as instituições e para as pessoas das comunidades em que estão inseridas porque só assim contribuirão para se atingir os exigentes objetivos que foram assumidos a nível nacional e europeu.

Deve-se aprender com alguns erros do passado: as coisas não podem, não devem, ser feitas porque há “dinheiro barato”, mas porque são necessárias, relevantes e porque vão permitir obter os resultados desejados.



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

Portugal 2020

Para a concretização dos objetivos de Portugal 2020 existe um envelope financeiro no valor global de mais de 25 mil milhões de euros suportados pelos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - Feder, Fse, Fundo de Coesão, Feader e Feamp.

Esta verba foi distribuída pelos vários Programas Operacionais Temáticos e pelos Programas Regionais do Continente e Regiões Autónomas, da seguinte forma:

A comparticipação dos Fundos Europeus é diferenciada em função do nível de desenvolvimento das regiões:

Programas Operacionais Temáticos		
Competitividade e Internacionalização - PO CI	4414	17,4%
Capital Humano - PO CH	3096	12,2%
Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos - PO SEUR	2253	8,9%
Inserção Social e Emprego - PO ISE	2130	8,4%
Desenvolvimento Rural - PDR	3583	14,2%
Mar - PO MAR	392	1,5%
Assistência Técnica - PO AT	138	0,5%
Sub-Total	16006	63,2%
Programas Operacionais Regionais		
Norte	3379	13,3%
Centro	2155	8,5%
Alentejo	1083	4,3%
Lisboa	833	3,3%
Algarve	319	1,3%
Sub-Total	7769	30,7%
Açores	1140	4,5%
Madeira	403	1,6%
Sub-total	1543	6,1%
Total Nacional	25318	100%

(*Milhares de Milhões de euros)

Regiões Menos Desenvolvidas – Norte, Centro, Alentejo e R.A. dos Açores (PIB per capita inferior a 75% da média da UE) – Taxa de comparticipação 85%

Região em Transição – Algarve (PIB per capita entre 75% e 90% da média da UE) – Taxa de comparticipação 80%

Regiões Mais Desenvolvidas – Lisboa e R.A. da Madeira (PIB per capita superior a 90% da média da UE) – Taxa de comparticipação Lisboa 50%, R.A. Madeira 85%.

Para além das diferentes taxas de comparticipação existem também Programas Operacionais que são orientados sobretudo para as Regiões Menos Desenvolvidas.

INTEGROU O PRIMEIRO CES DA CNIS, EM 2006

Elza Chambel morreu aos 78 anos

Elza Chambel, presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV), ex-responsável pelo programa nacional de luta contra a pobreza, morreu no dia 19 de maio, aos 78 anos, vítima de doença oncológica. Elza Chambel integrou o primeiro Centro de Estudos Sociais da CNIS, em 2006.

Nascida no Rio de Janeiro, Elza Chambel passou a infância e a juventude em Trás-os-Montes, fixando-se em Santarém na década de 1960, inicialmente como notária (era licenciada em Direito) e depois como diretora distrital de Santarém da Segurança Social.

Citada pela agência Lusa, a deputada e vereadora Idália Serrão (PS), que, enquanto secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, nomeou Elza Chambel para a presidência do CNPV, em 2006, descreve Elza Chambel como “uma mulher que nunca se resignou aos obstáculos, que ultrapassou sempre com muito trabalho e espírito positivo” e que “só não conseguiu vencer

o cancro”.

Em 2012, depois de ter coordenado as atividades do Ano Europeu do Voluntariado, que se assinalou em 2011, Elza Chambel foi agraciada pelo Presidente da República com o grau de Comendador da Ordem do Mérito, que se destina a “galardear atos ou serviços meritoriosos praticados no exercício de quaisquer funções, públicas ou privadas, que revelem abnegação em favor da coletividade”.

Inscreeveu-se no PS de Santarém em 1974, foi presidente de uma junta de freguesia da cidade e eleita para a Assembleia Municipal, e foi também a primeira mulher a ser chefe de divisão em Portugal, recordou.



ELZA CHAMBEL

Uma senhora de valores

Falecida em 19 de Maio, Elza Chambel poderá ficar conhecida para a história como a “senhora da solidariedade”. Talvez, também, como a “senhora da cidadania”.

Mas, acima de tudo, Elza Chambel era uma “senhora de valores”, que os incarnou e que os lega à posteridade....

Foi uma “cidadã do mundo”: nascida em 1937 no Brasil (Rio de Janeiro), passou a infância e a juventude em Trás-os-Montes (Vinhais), para se vir a fixar no Ribatejo (Santarém) nos anos sessenta. Foi notária (era licenciada em Direito, pela Universidade de Coimbra, em 1960), depois diretora distrital da Segurança Social e também impulsora de sistemas de proteção social pela Europa e por África (Angola).

Elza Chambel também foi uma das principais impulsoras do voluntariado, depois de ter coordenado as atividades do Ano Europeu do Voluntariado (em 2011). Em Portugal e por toda a parte. Ela que apresentava o voluntariado como o “trabalhar para e com os outros” e os voluntários como “imprescindíveis e fundamentais numa sociedade que se pretende socialmente coesa”.

A “senhora da solidariedade” e com muito valor foi, também, a mulher da corresponsabilidade, da fraternidade, da igualdade e da universalidade. Foi-o sempre.

Também quando se apresentava como uma “feminista entre aspas” (na década que antecedeu a da democracia e em que ainda se proibia as mulheres de irem além de chefe de secção, seria a primeira mulher chefe de divisão em Portugal). Quando privilegiava a atividade da cidadania sobre a militância ativa (era militante partidária desde 1974). Quando aparecia como pioneira a “congregar vontades”. Ou quando, na sua figura frágil, camuflava a energia inesgotável de uma mulher que afirmava não ter a palavra “reforma” no seu dicionário pessoal.

No seu percurso de cidadania, ela, que era “comendadora da Ordem de Mérito”, assumiu a “luta contra a pobreza” como um desígnio nacional.

Nunca se resignou aos obstáculos, que ultrapassou sempre com muito trabalho e com espírito positivo. O cancro foi o único obstáculo que verdadeiramente a surpreendeu, ainda quando presidia, desde 2006, ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado.

A CNIS e o seu Solidariedade curvam-se perante a “senhora da solidariedade”.

Também Vinhais, Santarém e Portugal, certamente, perpetuarão a “senhora da cidadania” e “senhora de valores perenes”...

LINO MAIA



PUBLICITAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO

- De acordo com o número 2, artº 14-A do Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de fevereiro, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de novembro, relembramos que as Contas do Exercício de 2014 devem ser publicadas no sítio institucional (site) até ao dia 31 de maio de 2015.

Para o efeito, as demonstrações financeiras a inserir, no site, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) são:

- Balanço, demonstração de resultados, anexo ao balanço e à demonstração de resultados, e demonstração do fluxo de caixa.

- Quanto ao nº 3 do referido artigo, a informação a prestar aos serviços da Segurança Social deverá ser remetida no prazo que vier a ser estabelecido por tais Serviços – que, no ano passado foi fixado até 30 de junho.

Programa

9.30h	Abertura
	- Presidente da CNIS;
	- Membro do Governo (Desenvolvimento Regional/Segurança Social)
10.00h	Empreendedorismo Social. O papel das IPSS's.
	- Dr. Miguel Alves Martins (IES - Instituto Empreendedorismo Social)
10.20h	IPSS's e Desenvolvimento Local
	- Prof.ª Patrícia Rego (Universidade de Évora)
10.40h	Debate
11.00h	Intervalo
11.15h	Papel das Instituições Solidárias no desenvolvimento dos seus territórios
	- Fundação A7DP - Miranda do Corvo, Dr. Jaime Ramos
	- Engenho - Associação de Desenvolvimento Local - Famalicão, Dr. Manuel Araújo
	- Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, Alfredo Costeira Pinto
	- Associação Bages de Ouro - Porto (Ouro), Dña. Luisa Amorim
12.15h	Debate
12.45h	Sessão de encerramento
	- Membro do Governo (Desenvolvimento Regional/Segurança Social)
13.00h	Fim dos trabalhos



Seminário

“As Instituições e o Desenvolvimento Local”



SAÚDE, EDUCAÇÃO E EMPREGO

Estado reforça parceria com instituições sociais

O ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, disse que o Estado vai fortalecer a sua parceria com as instituições sociais, através de responsabilidades e obrigações alargadas às áreas da saúde, educação e emprego. "Foi aprovado no último Conselho de Ministro o decreto-lei das bases da cooperação, que vai ampliar a cooperação entre o Estado e o Setor Social e que consagra a constituição de uma Comissão permanente do Setor Social". A este propósito, o governante deixou rasgados elogios à CNIS e ao seu presidente, porque "muito deste decreto se deve à ação do padre Lino Maia". Por isso, deixou "um agradecimento à CNIS", destacando que "a coesão social em Portugal deve muito à CNIS", considerando ainda que chamarem-lhe "ministro das IPSS", como aconteceu recentemente num debate na Assembleia da República, "é um elogio".

Pedro Mota Soares, que falava em



Cascais no encerramento da conferência "Coesão e inclusão", informou que o decreto-lei que prevê o reforço de cooperação entre o Governo e as instituições sociais foi já aprovado em Conselho de Ministros.

"Foram as instituições sociais que, ao longo dos anos mais difíceis, e que hoje felizmente já estão para trás, conseguiram garantir a coesão social em Portugal. Quisemos sempre fortalecer o

apoio financeiro, fazer mais acordos de cooperação, fazer mais contratualização, mas é muito importante também, do ponto de vista jurídico, construir bases para essa mesma cooperação", explicou.

O ministro considera o novo decreto-lei uma "inovação", uma vez que o Estado verá reforçadas as suas responsabilidades e obrigações para com as instituições sociais, não só na área da

solidariedade, mas também na saúde, educação e emprego.

"Quem está próximo dos problemas pode resolvê-los mais diretamente e quem está próximo dos problemas, efetivamente, são as instituições sociais. Isto permite-nos passar funções para as instituições sociais, financiando essas mesmas instituições", acrescentou.

Mota Soares lembrou que existem cerca de 13 mil acordos de cooperação entre Governo e instituições sociais e sublinhou que o novo decreto-lei consagra, pela primeira vez, uma comissão permanente que irá reunir mensalmente.

"Representantes do Estado e das instituições sociais vão reunir-se todos os meses para, olhos nos olhos e em diálogo franco e aberto, identificar e resolver problemas. Penso que é um passo muito importante para a construção de um edifício mais sólido sobre a economia social e sobre a contratualização em Portugal", concluiu.

WWW.SOLIDARIEDADE.PT

2,5 milhões de visitas no último ano

O site do jornal Solidariedade (www.solidariedade.pt) atingiu em Maio o recorde mensal de 265 mil visitas. O mês de Novembro de 2014 surge em segundo lugar com 250 mil visitas. Um ano depois da remodelação e onze anos depois de ter sido lançado, o formato online do órgão de comunicação social oficial da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade cumpre uma das funções para que foi criado: dar visibilidade ao mundo social solidário em Portugal, através do acompanhamento informativo, reportagens e entrevistas, e opinião dos protagonistas de um setor cada vez mais importante na vida do país.

No acumulado de acessos durante este ano houve uma triplicação dos resultados em relação ao ano antecedente. Ao todo, desde Maio de 2014, houve perto de 2,5 milhões de visitas, cinco vezes mais do que a média anual dos dez anos anteriores.

Nas consultas diárias ao site o destaque vai para o dia 15 de Novembro

de 2014. Foram mais de 28 100 os acessos às matérias do site. Em 2015 o dia 2 de Maio sobressai com mais de 25 500 visitas.

O site do Solidariedade tem atualização diária e acompanhamento das iniciativas e temáticas mais relevantes no setor social. Mensalmente os conteúdos do jornal em papel são colocadas online e disponibilizadas aos leitores, na íntegra, para consulta, arquivo e até impressão.

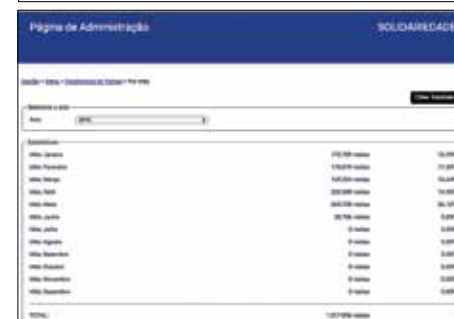
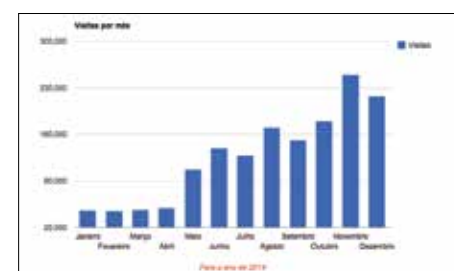
Em 2014 o ranking das notícias mais vistas foi liderado pela informação "Abertas candidaturas para compensar IPSS – SALÁRIOS DOS EDUCADORES DE INFÂNCIA" com mais de 15 mil leituras. Este ano, para já, na liderança das mais vistas está a notícia "Candidaturas das IPSS a fundos comunitários – ABREM EM JUNHO" com mais de 5 500 consultas.

Um outro aspeto que dá conta do interesse que a informação sobre mundo social solidário tem despertado é a inscrição voluntária de membros do site. Não há qualquer restrição à

consulta e navegação no site, mas para quem pretende receber regularmente a newsletter do jornal, normalmente uma vez por semana, tem que haver um registo feito pelos próprios diretamente no site. São perto de 10 mil as pessoas que deixaram no Solidariedade online os dados pessoais e o email, sendo que estão ativas perto de 7 mil pessoas.

Confirma-se assim, a necessidade de atualização. O novo formato privilegia a agradabilidade da consulta, reforçando a componente da imagem e o conforto da navegação. Os temas, reportagens, cronistas, editorial estão em conformidade com a edição em papel, mas existe uma atualização diária das notícias referentes ao Terceiro Sector. A componente multimédia também está reforçada, em sintonia com aquilo que são as novas tendências da internet.

Por último, refira-se que a conta de Facebook do jornal Solidariedade tem registado também uma subida sustentada de gostos.



CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TORTOSENDO, COVILHÃ

Não somos melhores, mas trabalhamos diferente

Apesar dos baixos números da taxa de natalidade de Portugal e de o Centro de Assistência Social de Tortosendo, concelho da Covilhã, se situar no interior do País, Artur Fazenda, presidente da instituição, afirma que a instituição não tem do que se queixar, a não ser de falta de vagas.

“É um facto que há menos crianças, mas aqui a instituição não se pode queixar”, começa por afirmar, explicando: “Há duas razões principais para isso, que são o facto de sermos das melhores instituições que existe no concelho e, depois, o trabalho que aqui se faz. Não considero que esta instituição trabalha melhor do que as outras, mas trabalha um bocadinho diferente”.

Para o presidente, que entrou para a instituição no idóneo ano de 1979, “em termos de tratamento, as crianças são tratadas de igual modo em todo o lado, aqui há é diferenças organizativas, que se refletem no bem-estar das crianças”.

“Fazemos um bom trabalho, temos boas instalações e depois os pais chegam mais depressa da Covilhã aqui, do que do hospital ao Pelourinho, como aqui dizemos, para além de que não falta espaço para estacionar”, argumenta.

Desde o primeiro Acordo de Cooperação que as vagas contratualizadas com a Segurança Social são 126, sendo que, neste momento, a instituição acolhe 136 crianças. “Vamos chegar às 140 rapidamente, mas a capacidade é de 150 crianças e não suporta mais. Não tenho vagas desde 2011, mas uma grande lista de espera”, sustenta.

Apesar de ser uma localidade do interior, a Universidade da Beira Interior e o Hospital atraíram muita gente para a Covilhã e freguesias limítrofes, fixando uma população jovem que vai alimentando as instituições dedicadas à infância.

Porém, nem tudo são rosas... “O desemprego é uma chaga e não há semana em que não tenha aqui um pai ou uma mãe a pedir para baixar a mensalidade porque estão desempregados. Há uma grande taxa de desemprego e o que se vê é um desemprego de longa duração. Tenho aqui casos de mães na casa dos 40 anos, que já lhes acabou o subsídio de desemprego, e que não têm saída nenhuma. Enquanto no Litoral ou nas cidades grandes poderá haver alternativas, aqui não. Um dos males do Interior é não ter resposta para situações destas e, em especial, para o desemprego de longa duração. E não tem porque não há investimento”, argumenta Artur Fazenda, que traça um breve retrato sócio-económico de quem recorre ao Centro de Assistência

Social de Tortosendo: “Na envolvente da instituição há muita dificuldade. Cerca de 70% das crianças que aqui estão os pais têm rendimentos médios, mas os outros 30% são pessoas que de um momento para o outro podem estar em grandes dificuldades, em especial por causa do desemprego”.

Obviamente, estas situações de dificuldade das famílias acabam por se refletir na instituição. Apesar disso, Artur Fazenda assevera que nenhuma criança sai da instituição pela carência financeira dos pais, reconhecendo, no entanto, o problema que isso levanta às instituições que trabalham na área da infância, se bem que a de Tortosendo ainda consegue escapar: “Há um abaixamento muito grande na entrada de dinheiro e essa é uma das principais razões para as instituições estarem com dificuldades. Não esta, felizmente, mas principalmente as como esta que trabalham com a infância. Quem trabalha com a infância tem mais dificuldades, porque as da terceira idade têm sempre a reforma dos utentes. Tenho aqui crianças que se os pais caírem os dois no desemprego, como temos casos aqui, deixam de pagar. Tenho aqui crianças que quem paga são os avós, com a pouca reforma que recebem. Sofremos um bocadinho com isso e com aquelas mensalidades que vão acumulando e que nunca mais vão ser pagas. Em 2014 eram cerca de 14 mil euros de incobrável, no fim do ano, o que é muito para uma instituição destas”.

Mesmo assim, a instituição de Tortosendo ainda não está no fio da navalha, mas Artur Fazenda não se coíbe de deixar algumas críticas: “Financeiramente vamo-nos mantendo equilibrados, com dificuldades, mas também digo que só as ajudas do Estado não são o suficiente... Certo é que também não vejo alternativas para instituições como a nossa. E inseridos nestes meios, em que a indústria é residual, ainda é mais difícil. Depois os empresários, que aqui já nem há, não são como os que fundaram esta casa. Tirando o Nabeiro, que outro empresário neste País cuida do seu pessoal?”.

Relativamente ao papel do Estado, o líder da instituição é bastante crítico: “É certo que o Estado em vez de dar 2% não pode dar 20% de aumento nos Acordos de Cooperação, mas há outras ajudas, através de impostos indiretos que podia dar. Repare, dos pais recebemos 12 meses, a Segurança Social paga 12 meses, mas nós temos que pagar aos funcionários 14 meses! O esforço que uma instituição faz para pagar isto é enorme, principalmente



o subsídio de Natal. Já não digo para nos pagarem 14 meses, mas porque não isentarem-nos de pagar um mês à Segurança

Social? Isto sim revertia na prática em favor das instituições e com mais utilidade do que mais um euro por mensalidade”.

Para Artur Fazenda, “se as IPSS prestam um serviço ao Estado, que lhe pertence, o faz bem e mais barato, por que não serem melhor apoiadas?”, questiona, acusando: “Não é com mais um euro por criança para dois anos que as coisas se resolvem”.

Apesar do cenário não ser o melhor, o presidente do Centro de Tortosendo mostra-se confiante no futuro.

“Em termo do número de crianças estou otimista, porque não é que os outros não trabalhem bem, mas nós trabalhamos diferente. Tenho que dizer a muita gente que não tenho vaga. Perspetivas futuras quanto à natalidade também estou otimista, mas ninguém pense que é com estes incentivos. Se alguém pensa que por dar 500 euros por nascer um bebé no ano a seguir ou passados dois anos tem outro, está muito enganado. Há 20 anos as dificuldades eram iguais ou piores e havia mais filhos. Não acredito que a razão principal seja a económica”, sustenta Artur Fazenda, deixando uma forte crítica aos pais: “A única coisa que está a levar a esta baixa da natalidade é o egoísmo. Os pais, ou potenciais pais, têm um estilo de vida do qual não querem abdicar e não abdicam, porque os filhos dão muito trabalho. O egoísmo das pessoas é que não as deixa ter filhos”.

Por outro lado, “antigamente aos 27, 28 anos as pessoas tinham a vida praticamente estabelecida, o que não acontece atualmente, mas hoje as pessoas não querem perder a liberdade para irem onde querem sem terem empecilhos, atrás delas, empecilhos entre aspas, pois são os filhos delas!”, argumenta, reforçando: “Também acredito no aspeto económico como fator inibidor, mas continuo com a mesma opinião, a principal razão é o egoísmo. E por isso sou crítico para com as instituições que estão abertas ao fim-de-semana. Há aqui crianças que entram às 7h30 e saem às 18h30 e ainda vão para a música, para a ginástica ou para a natação. E chegam a casa, dão-lhes banho e metem-nas na cama. É pena as nossas instituições facilitarem as coisas. Se tivesse a instituição aberta até à meia-noite, até à meia-noite tinha aqui crianças. E pergunto: estão a trabalhar? Não, não estão a trabalhar. Se fosse para trabalhar era diferente, mas não é esse o caso! Tenho pena daqueles que estão a trabalhar até tarde. Aqui as instituições fecham todas às 18h30 e os pais que trabalham no comércio? A esses dou-lhes toda a razão e aí faria o sacrifício de estar aberto até às 19h30, mas nunca para o que os pais pedem”.

Importante na evolução da instituição foi a construção de raiz do edifício onde está a funcionar desde 2006.

“Com o novo edifício a instituição passou a ser completamente diferente, foi de facto um salto qualitativo. Há uma instituição

que morreu e outra que nasceu em 2006. O outro era um edifício com quatro andares e reconverter uma casa de habitação num infantário não é o melhor. Nesse aspeto não há comparação possível”.

Relativamente ao novo edifício, cuja primeira pedra foi lançada em 2002, a sua história é bastante curiosa, pois a obra teve, para a instituição, um custo zero, apesar de ter sido avalada em 984 mil euros.

“Depois de há muitos anos andar a pedir um terreno à Junta de Freguesia, foi com o atual presidente, que teve as filhas na instituição, que conseguimos esse objetivo. Após lhe ter falado num terreno que tinha visto na freguesia e que era perfeito para o que queríamos, ele chamou-me para vir ver o que era a Quinta da Estremilda e me dizer que aquele terreno era para a instituição”, começa por contar, continuando: “A Somague tinha feito um bairro social de 44 casas em Tortosendo, em que parte estava em terrenos da Junta e a contrapartida da empresa foi este terreno e o toco da obra. Em 2001 é assinado um protocolo entre o Centro, a Câmara Municipal da Covilhã e a Junta de Freguesia de Tortosendo com vista à mudança de instalações da instituição. O que receberíamos era o terreno de mil metros quadrados, o projeto e o edifício em toco. A coisa foi avançando e, no fim, a Somague fez a casa toda”.

No entanto, a posse do edifício ainda está por definir, mas é algo que não preocupa Artur Fazenda: “O equipamento fomos nós que comprámos, portanto é nosso, o resto ainda não está muito bem definido, mas considero-o como nosso. Não temos escrituras, mas considero-o nosso”.

Sem grandes projetos em mente, principalmente pela falta de capacidade financeira da instituição, Artur Fazenda tem um sonho antigo, mas sustenta não haver condições para o concretizar.

“Há uma coisa que gostava de ter e que Tortosendo não tem, que é um ATL. Já no tempo da antiga casa o Centro Regional da Segurança Social insistiu connosco para arranjarmos um ATL, mas já aí não havia condições”, recorda, explicando a necessidade da valência e as razões para a instituição não avançar: “Um ATL é algo que faz muita, mas mesmo muita falta. No entanto, não é um projeto a agarrar. É um projeto aliciante, mas outros que avancem, pois não temos condições físicas para mais uma valência. Teríamos que construir, mas a instituição não tem terrenos e também não os pode comprar. Alguém teria que os dar, que foi o que aconteceu com este. No momento e nos tempos mais próximos não vejo possibilidade de qualquer investimento na instituição”.

O Centro de Assistência Social de Tortosendo nasceu da vontade de um grupo de empresário da região, que em



1955 (data dos primeiros estatutos) decidiu criar um Centro Materno-Infantil, algo muito frequente na época, com o principal objetivo de distribuir leite às crianças mais carenciadas, nomeadamente filhos das operárias. Refira-se que a região da Covilhã e freguesias limítrofes era altamente industrializada.

Em 1967 a instituição praticamente deixou de existir, por falta de apoios e por ter perdido o espaço onde funcionava, mas por ação do pároco, que levou para Tortosendo uma comunidade de religiosas, nasceu uma espécie de Casa de S. José, que funcionava como creche, mas numas instalações inadequadas. “Era uma espécie de garagem”, afirma Artur Fazenda, que recorda de seguida a ocupação da casa onde a instituição funcionaria até 2006.

Em pleno Verão Quente de 1975, depois dos donos de uma casa situada no centro da freguesia ter posto uma faixa na varanda a dizer «Futuras instalações do Centro de Assistência Social», os pais das crianças que estavam na instituição ocuparam a casa”, conquistando o edifício para a instituição, que ali se manteve até ter a atual casa nova.

“Funcionámos ali até 2006 com muitas



dificuldades... A principal preocupação eram as instalações, porque não tinham condições, apesar de haver muita criança”, sustenta Artur Fazenda, que se orgulha de, apesar das instalações, a instituição nunca ter sentido falta de crianças, “pelo bom trabalho que aqui se desenvolve”.

CENTRO JUVENIL DE S. JOSÉ, GUIMARÃES

Pelo bem-estar e felicidade dos que estão em risco



Foi há 100 anos que nasceu e se instalou no Convento das Capuchinhas, edifício do século XVII, em Guimarães. Instituição de acolhimento de crianças e jovens, o hoje denominado Centro Juvenil de S. José, mas durante muitas décadas apelidada de Oficinas de S. José, nome pelo qual ainda é tratada pelos vimaranenses, está em festa e desde Março que vem realizando uma série de iniciativas integradas nas comemorações do centenário.

Um torneio de futebol, denominado «Liga LIJ», concertos, passeios de BTT, uma exposição fotográfica, presenças na Feira Afonsina e na Marcha Gualteriana, um magusto, teatro, uma noite de fado, uma sessão de cinema ao ar livre e uma «sunset party», entre muitas outras iniciativas, preenchem um ano de comemorações.

E se estas são atividades mais voltadas para a diversão, tudo começou com algo mais formal. Assim, as celebrações pelos 100 anos de vida tiveram início em Março com a realização de um seminário sobre «Boas Práticas de Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens em Risco». Nesta iniciativa, o Centro Juvenil de S. José deu a conhecer um projeto desenvolvido na instituição que alterou radicalmente a dinâmica de funcionamento da mesma, com enormes ganhos para os jovens institucionalizados, segundo o diretor-técnico Tiago Borges. Trata-se da Assembleia de Jovens, também ela corresponsável pela elaboração do programa de comemorações.

“Partindo do pressuposto da participação ativa que promovemos na instituição, em especial desde a candidatura em 2013 do projeto da Assembleia de Jovens à Fundação EDP, quando se abordou a temática do centenário desta casa o princípio foi o mesmo: vamos ouvir os jovens. E partindo de um brainstorming, escolhemos algumas das ideias e levámo-las à Direção para aprovação”, sus-tenta, explicando por que é que este projeto é

um marco no quotidiano da instituição: “Esta Assembleia de Jovens veio trazer uma dinâmica completamente distinta. No momento em que o jovem cá entra temos diversas pessoas da casa em torno de uma mesa, como técnicos e educadores, os técnicos da CPCJ ou da EMAC que o acompanham e esse jovem sente-se logo integrado, porque, para além destas pessoas, estão também presentes jovens desta casa. Não há acolhimento novo nesta casa que não tenha, pelo menos, um jovem da casa nesse momento. Isto pode parecer banal, mas não é habitual. Gastamos muito tempo no acolhimento, mas penso que é muito útil para o jovem recém-chegado. É um acolhimento demorado e que termina sempre num almoço de confraternização em que há um bolo de boas-vindas. O que lhe transmitimos é que enquanto aqui estiver faz parte da família e o que queremos é que ele leve os melhores ensinamentos possíveis”.

Depois, a política da casa, que radica toda nesta vertente de chamar os utentes à participação ativa, pretende transmitir maior responsabilidade aos jovens, num plano de quase igualdade entre todos.

“Normalmente estas casas funcionam num estilo em que o técnico ordena e o jovem executa. É sempre muito de cima para baixo, mas nós agora nem de cima para baixo, nem de baixo para cima. Quando explico a nossa hierarquia a um novo jovem, digo-lhes que o diretor-técnico é quem mais manda e depois estão todas as demais estruturas, mas no esquema que lhes faço estão todos ao mesmo nível e explico-lhes que estamos todos lado-a-lado porque somos todos um. Ocupamos funções diferentes, por isso há uma hierarquia vertical, mas no dia-a-dia estamos no mesmo pé de igualdade. Os valores que tentamos passar desde o primeiro dia é que o jovem vai ser muito respeitado e bem-recebido e só lhe pedimos que respeite toda a gente. O respeito



não se deve alcançar pelo posto, mas pela relação que conseguimos estabelecer com os jovens”, conta o diretor-técnico, explicando: “Este foi um marco na vida da nossa instituição e, mais especificamente, na vida da nossa resposta social. Queríamos que os jovens participassem e que não fosse algo forçado e apercebemo-nos que eles também têm opinião e ótimas ideias, daí nasceu o projeto da Assembleia de Jovens. Este projeto pretende dar voz a todos os jovens”.

Em 2013, a instituição candidatou à Fundação EDP o projeto e, dentre cerca de 1200 candidaturas, foi dos 52 projetos escolhidos o único LIJ contemplado.

“O projeto estava desenhado, tinha linhas orientadoras, mas efetivou-se quando os jovens começaram a ter lugar para essa participação ativa até ao dia de hoje”, sublinha, lembrando que “o financiamento terminou no mês de Março, mas é um projeto que veio para ficar, com ou sem financiamento, porque despesas a instituição já as tinha e não é por falta deste financiamento que vamos deixar de acolher as ideias dos jovens”. Até porque, segundo Tiago Borges, “os jovens têm um sentido crítico formidável e um sentido de justiça muito apurado”. M uma orgânica própria e uma organização que vai de encontro às necessidades e aos objetivos pretendidos.

“Graças ao projeto, começámos a organizar isto por setores e, então, criámos quatro setores de atividade nesta Assembleia de Jovens (AJ). Temos cinco coordenadores da AJ, um coordenador geral e outros quatro responsáveis pelas áreas das atividades (planos mensais de iniciativas), do outdoor (parcerias com entidades do exterior), da formação (entidades externas ministram formação aos jovens. “Somos muito a favor da formação não formal e que são sempre sugeridas pelos jovens”) e, por fim, a do Laboratório de Ideias”, explica o diretor-técnico, concluindo: “O nosso

trabalho agora é mais simples, porque só temos que orientar. E com esta negociação conseguimos um melhor ambiente com os jovens e uma maior proximidade com eles”.

Para o técnico, a AJ, em termos de acolhimento marca um antes e um depois na instituição: “Entre os jovens a abordagem no acolhimento é muito mais facilitada. É muito importante criar esta empatia inicial, que os jovens conseguem melhor entre eles, porque, muitas vezes, o estado em que um jovem chega à instituição onde vai passar a morar dificilmente é previsível. Há muitas informações que nos chegam, via formulários, que nunca nos transmitem como é que está o jovem que vamos receber. O que está no papel ou é muito bom ou muito mau. Muitas vezes fico assustado com o que leio, mas depois venho a verificar que o jovem não é aquilo”.

Para Fernando Xavier, que está de regresso à Direção da instituição 40 anos depois da primeira passagem, que durou cerca de 15 anos, estar à frente de uma instituição centenária “é uma responsabilidade muito grande para responder àquilo que ao longo de um século se foi construindo, se bem que de maneira muito diferente ao longo do tempo”.

O presidente recorda os tempos quentes após o 25 de Abril de 1974, ano em que entrou para as ainda Oficinas de S. José: “Nessa altura, a forma de dirigir esta casa era muito diferente. Nessa altura estas instalações eram impróprias para ter aqui crianças. Isto era, mais ou menos, um armazém onde se guardavam crianças mais do que um local para as educar. Não existia corpo técnico, havia um padre que era o diretor e mais uma ou duas funcionárias. Eram três pessoas para educar não 22 mas 92 alunos. Agora imagine-se a diferença. Vivi essa fase e a de restauro deste convento que vem do início do século XVII”.



Fernando Xavier recorda ainda que foi por essa altura que começou a requalificação do edifício, algo de imprescindível para que o trabalho desenvolvido na instituição desse bons frutos.

“A Direção que me antecedeu em 1973 tinha elaborado um plano de restauro do edifício, pois este não tinha condições. Passados uns anos que demoraram as obras, as condições para os utentes, que naquela altura eram bem mais jovens do que agora e estes começaram também a sentir mais respeito pelo sítio onde estavam”, conta, lembrando outro apoio fundamental: “A acompanhar essa mudança de instalações, começou também a haver um apoio social maior. Foi nessa altura que o ministério começou a enviar educadores e técnicos e o acompanhamento às crianças passou a ser diferente”.

Este aspeto, segundo Tiago Borges é muito importante, porque há “um forte sentido de pertença à casa”.

“Os jovens mais velhos, e isto é algo que passou de geração em geração, interiorizam muito rapidamente este sentido de pertença e são os primeiros a chamar atenção dos mais novos quando não cumprem as regras de respeito pela casa”, revela o diretor-técnico, asseverando: “Eles não têm que ser tratados nem de se sentir diferentes por estarem numa instituição. Muitas vezes sentimos isto em relação à escola, porque ainda há algum estigma que olha para estes meninos como os das Oficinas... Para nós é triste que ainda haja este preconceito em relação às instituições, porque, de facto, eu não olho para eles com olhos diferentes dos que olho para as pessoas lá fora. Se calhar a diferença é que conheço a realidade de perto”.

O presidente da instituição concorda e demonstra como as coisas hoje são bem diferentes: “Ainda há algum preconceito, mas a forma como os nossos jovens se apresentam fora da casa já não se distinguem dos outros. Isto não acontecia dantes, pois tinham todos o cabelo rapado e usavam farda cinzenta, daí serem logo identificados como os meninos das Oficinas de S. José. Não é que não fossem estimados, a cidade sempre estimou esta casa, mas por vezes, as crianças entre si é que são cruéis. Dantes era tudo aqui dentro e as crianças viviam aqui e praticamente não conheciam o Toural, que é a principal praça da cidade, e era muito raro, por exemplo, fazer um passeio”.

Atualmente estão no LIJ do Centro Juvenil de S. José 22 jovens, com idades entre os 10

e os 20 anos, com a média a fixar-se nos 16 anos e a maioria oriunda de fora o concelho de Guimarães.

Com Acordo de Cooperação para 40 jovens, Tiago Borges considera que a casa ainda alberga com qualidade mais uma dezena de jovens, mas não mais do que isso.

“Não diria que estamos a trabalhar a meio gás, mas estamos a chegar a um ponto de equilíbrio. Até aos 30, mais um menos um, é o ideal para darmos uma resposta de qualidade, mas a partir daí há muitas exigências em termos técnicos. Acorrer a tantos jovens não é fácil”, argumenta.

No LIJ trabalham 17 pessoas (um diretor-técnico, seis educadores, cinco técnicos, cinco auxiliares e uma jornalista no Gabinete de Comunicação).

Das antigas oficinas que existiam como a alfaiataria, a sapataria ou ainda uma área agrícola, resta apenas a tipografia, onde trabalham 10 funcionários, e que é uma das fontes de receita, para além das participações da Segurança Social, da instituição, tal como o Hostel S. José, entretanto criado numa das alas do convento. Esta fonte de rendimento da instituição foi criada em janeiro de 2013, tem um rececionista e alberga três dezenas de atletas das camadas jovens do Vitória de Guimarães, encontrando-se a lotação esgotada.

Além destas estruturas sedeadas no Convento das Capuchinhas, o Centro Juvenil de S. José tem sob a sua alçada, desde 2012) a Creche Rosas Amorim Vieira, em Felgueiras, onde uma equipa de 10 funcionários acolhe 30 bebés.

Os serviços administrativos de todo o universo das «Oficinas» são assegurados por três funcionários.

Com o hostel e a tipografia a contribuírem financeiramente para a instituição, Fernando Xavier retrata a situação da instituição como “equilibrada, sem qualquer situação problemática de carácter financeiro”.

“Esta casa teve sempre o cuidado de ter várias fontes de receita extra, em que atualmente o hostel e a tipografia são as principais contribuintes. Os associados são muitos, mas a quota é baixa, mas os donativos ainda são significativos, através de empresas e outras entidades de Guimarães. Financeiramente, o valor que recebemos da Segurança Social tem que cobrir todas as despesas, inclusive os custos com pessoal técnico, o que não acontecia antigamente. De certo modo, desde que o número de utentes, ou de clientes como lhe



chamam agora e eu não gosto, seja aquele que está contratualizado, a coisa dá e tudo o resto é para amealhar, porque o LIJ paga-se a ele próprio. Há o princípio de não gastar mais do que temos e é algo que sempre foi seguido nesta casa”, sustenta, resumindo: “Portanto, posso dizer que no aspeto económico-financeiro a instituição está muito bem equilibrada, as nossas instalações agora são condignas, com bons equipamentos, como por exemplo, a cozinha, que não nos custou um tostão”.

Lançando o olhar ao futuro, Fernando Xavier é bastante objetivo: “O nosso projeto vem na sequência do que tem sido desenvolvido nos últimos anos, ou seja, a melhoria das condições de habitabilidade, com a recuperação de casas de banho e dos quartos, porque a obra que está feita já tem mais de 30 anos. Temos ainda o infantário de Felgueiras que

para estabilizar, porque só temos meninos até aos três anos, necessita do mais uma valência. Já fizemos o pedido para abrir também a valência de pré-escolar e assim rentabilizarmos as instalações”.

“Não temos ideias de grandeza, mas há sempre a ideia firme de trabalhar pelo bem-estar das crianças que cá estão e proporcionar-lhes um futuro melhor do que aquele que estavam na perspetiva de vir a ter se se mantivessem nos ambientes em que viviam nas famílias”, sublinha Fernando Xavier, ao que Tiago Borges acrescenta: “A primeira e última prioridade do nosso trabalho é que eles sejam felizes e que tenham um futuro promissor, ou seja, o bem-estar e o desenvolvimento integral de todos os jovens”.

GNR

40 mil idosos vivem sozinhos ou isolados

A GNR sinalizou 39.216 idosos a viverem sozinhos ou isolados em todo o país, mais 5.253 do que na operação "Censos Sénior" realizada no ano passado, revelou aquela força de segurança.

Dos 39.216 idosos identificados, 23.996 vivem sozinhos, 5.205 residem em locais isolados e 3.288 vivem sozinhos e isolados, adianta a Guarda Nacional Republicana.

Os militares da GNR encontraram ainda 6.727 idosos que vivem acompanhados, mas encontram-se "em situação de vulnerabilidade fruto de limitações físicas ou psicológicas".

No âmbito da operação "Censos Sénior 2015", que se realizou em todo o país entre 01 e 30 de abril, a GNR registou mais 2.680 idosos a viver sozinhos e mais 924 a residir isolados do que em 2014.

A Guarda Nacional Republicana sinalizou igualmente mais 262 idosos a viver

sozinhos e isolados em relação ao ano passado, tendo ainda encontrado mais 907 numa situação de vulnerabilidade.

Realizada anualmente pela GNR, a operação "Censos Sénior" tem como objetivo "atualizar os registos dos idosos que vivem sozinhos e isolados, identificar novas situações e informar as entidades competentes das situações de potencial perigo".

Paralelamente a esta operação, a GNR realizou o programa "Residência Segura", tendo aderido à iniciativa 15.417 idosos, mais 1.500 do que em 2014.

De acordo com a corporação, este programa permite à GNR fazer a georreferenciação dos idosos, o que constitui "uma mais-valia para localização em caso de ocorrência ou emergência, permitindo direcionar de forma mais eficaz os meios humanos e materiais da GNR e aumentar

o sentimento de segurança da população aderente ao programa".

Durante a operação, os militares realizaram ainda ações de sensibilização para que a população idosa adote comportamentos de segurança que permitam reduzir o risco de se tornarem vítimas de crimes.

BEJA E VISEU OS DISTRITOS COM MAIS IDOSOS ISOLADOS

Beja e Viseu são os distritos do país com mais idosos a viverem sozinhos ou isolados, onde residem um total de 7.660, segundo a operação "Censos Sénior 2015" da GNR.

A Guarda Nacional Republicana adianta que no distrito de Beja foram sinalizados 3.914 idosos a viver sozinhos ou isolados, mais 829 do que na operação "Censos Sénior" realizada no ano passado, e em Viseu residem 3.755, mais 10 do que em 2014.

No ano passado, a GNR identificou o maior número de idosos no distrito de Viseu.

Em terceiro lugar surge o distrito da Guarda, com 3.236 idosos a viverem nestas condições, seguido de Bragança, com 3092, refere a GNR num comunicado para divulgar os resultados da operação "Censos Sénior 2015", que se realizou em todo o país entre 01 e 30 de abril.

Os distritos onde o número de idosos a viver sozinhos ou isolados mais subiu este ano foi o de Aveiro, tendo a GNR detetado um total de 1.646, mais 837 do que em 2014, e o de Beja, onde foram sinalizados mais 829.

A liderar a lista dos distritos com mais pessoas idosas a viverem nestas condições estão Vila Real (2.916), Portalegre (2.829), Évora (2.853) e Castelo Branco (2.165).

O distrito com menos idosos a residirem sozinhos ou isolados é Leiria, onde foram identificados 822.



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS ECONOMIA SOCIAL

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS

- Centro de dia ✓
- Centro de noite ✓
- Cantina social ✓
- Unidade de cuidados continuados ✓
- Clínica ✓
- Internamento ✓
- Creche ✓
- Educação pré-escolar ✓
- Atividades de tempos livres ✓
- Centro de atividades ocupacionais ✓
- Estrutura residencial para idosos ✓
- Serviços de apoio domiciliário ✓

FORMAÇÃO . 2015

- Funcionalidades essenciais da Linha WinIPSS
- Iniciação ao MS Office: Excel, Word e PowerPoint
- Excel Avançado
- Curso Básico de Hardware
- Internet e Redes Sociais
- O DE 2015 e a Prestação de Contas 2014 nas ESNL
- Obrigações Contabilísticas e Fiscais das ESNL
- Revisão e alterações ao Código do Trabalho. O processamento de salários. Orçamento 2016
- Gestão de IPSS
- Programas de Apoio e Incentivos Nacionais e Comunitários para as IPSS
- Gestão da Qualidade nas IPSS
- A Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho
- Marketing e Comunicação nas IPSS
- Gestão de Stress e Desenvolvimento de Competências Profissionais

+INFO. em www.f3m.pt

A F3M é o parceiro estratégico do Montepio na oferta de soluções informáticas para a Economia Social.



Escolha a tecnologia certa para a sua atividade.

F3M Information Systems, S.A. | www.f3m.pt

HEAD OFFICE: Edifício F3M, Rua de Linhares, 4715-435 BRAGA | Tel. (+351) 253 250 300 | e-mail: contacto@f3m.pt | LISBON BRANCH: Rua Luís de Camões, n.º 133, 1.º C, 1300-357 LISBOA | Tel. (+351) 213 636 271 | e-mail: info@f3m.pt

BANCO ALIMENTAR

Portugueses não poupam na solidariedade

A presidente do Banco Alimentar contra a Fome congratulou-se com a “generosidade reiterada” por todos os que contribuíram no último fim-de-semana de Maio para o acréscimo de 3,9% nas doações para aquela instituição de solidariedade. “A campanha correu muito bem. Foram recolhidas 2.100 toneladas de alimentos pelos cerca de 42 mil voluntários em mais de duas mil lojas. Foi muito importante para os bancos alimentares verem este acréscimo da ordem dos 3,9 % das doações, em relação a maio de 2014, que reflete a confiança reiterada no organismo, mas também a certeza de que, com um pequeno contributo, podem fazer uma grande diferença”.

Isabel Jonet admitiu que não estava à espera do acréscimo, salientando que, apesar da recuperação económica, esta ainda não terá chegado às famílias que são apoiadas pelas instituições de solidariedade social.

“Essas 2.100 toneladas que foram doadas pelos portugueses são, em nosso entender, um sinónimo e a expressão da generosidade reiterada para todos aqueles que ainda precisam de apoio e que são todos os dias ajudados a comer por instituições de solidariedade social”, frisou a responsável.

A presidente do Banco Alimentar salientou ainda serem as pessoas que são ajudadas a querer contribuir nas campanhas “como sinal de agradecimento por aquilo

que recebem”, justificando que o acréscimo marca um momento em que se pode identificar “alguma esperança que existe hoje na sociedade portuguesa que de facto a situação está a melhorar”.

Os alimentos mais doadas na campanha, que decorreu no sábado e no domingo, foram leite, arroz, azeite, massas e enlatados.

Os bens alimentares vão ser entregues a 2.650 Instituições de Solidariedade Social a 410.00 pessoas em situações de pobreza e com carências alimentares apoiadas pelos 21 Bancos Alimentares em todo o país e ilhas da Madeira e Açores.

Em 2014, os 21 Bancos Alimentares Contra a Fome no país distribuíram um total

de 29.630 toneladas de alimentos (equivalentes a um valor global estimado superior a 41.482 milhões de euros), ou seja, um movimento médio de 118 toneladas por dia útil.

Em 1991, foi aberto em Portugal o primeiro Banco Alimentar Contra a Fome e estão atualmente em atividade no território nacional 21 Bancos Alimentares, congregados na Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, com o objetivo comum de ajudar as pessoas carenciadas, pela doação e partilha. Existem 256 Bancos Alimentares operacionais em 21 países europeus, que no ano passado distribuíram 402 mil toneladas de produtos a 5,7 milhões de pessoas, através de 31.000 associações.

FUNDAÇÕES PRIVADAS

Aprovada revisão da lei-quadro

O Governo aprovou a revisão da lei-quadro das fundações, que contempla, entre outros aspetos, a simplificação de procedimentos para a criação de fundações privadas.

A atual lei foi aprovada há três anos mas, segundo um comunicado divulgado, depois da reunião do Conselho de Ministros, foi necessário fazer “ajustamentos para a resolução de dúvidas, bem como agilizar procedimentos”, assegurando “um enquadramento estável e transparente ao universo fundacional”.

Com a revisão pretende-se, diz o

comunicado, tornar mais claro o regime das fundações privadas, nomeadamente quanto a limite de despesas, acentuar o respeito pela vontade dos fundadores e autonomia. É também alterada a forma de reconhecimento das fundações, simplificada e com prazos mais curtos de apreciação e decisão.

De acordo com a revisão, são ainda alterados os procedimentos de reconhecimento de fundações com regimes especiais (como as de solidariedade social ou de cooperação para o desenvolvimento), ainda que se

mantenha obrigatório o parecer favorável do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Em fevereiro passado, o ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares já tinha dito que a revisão da lei-quadro se destinava a “aprofundar, na legislação, a separação entre o regime jurídico das fundações públicas e das fundações privadas, acentuando mais ainda o papel da Inspeção-Geral de Finanças relativamente às fundações públicas”.

Entre a aprovação da lei-quadro, em

2012, e o final de 2014, disse, deram entrada processos de 350 fundações (para adequação de regras), dos quais 179 de alterações estatutárias, 70 de confirmação de estatuto de utilidade pública (56 dos quais confirmados) e 49 relativos ao reconhecimento de novas fundações, 15 dos quais bem-sucedidos.

No mesmo período foram emitidas quatro novas declarações de utilidade pública, tendo 24 fundações perdido esse mesmo estatuto “por desajustamento com as regras em vigor”, disse o ministro na altura.

AÇORES

11 milhões de euros para inclusão social

A secretária Regional da Solidariedade Social dos Açores, Andreia Cardoso, destacou a importância dos programas de inclusão social e revelou que a Região pretende investir 11 milhões de euros de fundos europeus nessa área.

“O Governo Regional alocou, no âmbito do PO2020 [Programa Operacional 2020] Açores, uma verba de 11 milhões de euros destinados à criação de empresas e à capacitação de jovens e outros públicos especialmente vulneráveis”, frisou Andreia Cardoso, em declarações aos jornalistas, à margem da inauguração da remodelação do edifício sede da Cáritas da Ilha Terceira, em Angra do Heroísmo.

A secretária Regional da Solidariedade Social realçou o trabalho que Cáritas tem desenvolvido em colaboração com as escolas públicas no âmbito da inclusão social, num

projeto que “desenvolve currículos alternativos”, apresentando uma “forma de aprendizagem diferente daquela que é a tradicional”. “Atendendo ao trabalho que a Cáritas vem desenvolvendo, agora também especificamente na capacitação de jovens na área das atividades agrícolas, é possível da nossa parte, com recurso ao PO2020, disponibilizar um conjunto de verbas que são indispensáveis a esta e a outras instituições, que desenvolvem este trabalho de capacitação de públicos mais vulneráveis”, frisou.

Segundo Anabela Borba, presidente da Cáritas da Ilha Terceira e da Cáritas Açores, desde 2006 que a entidade disponibiliza cursos de formação, que incluem contacto com o meio profissional, mas tem também desenvolvido, dentro das escolas, um trabalho de prevenção do abandono escolar e de integração dos jovens.

“Há, de facto, ainda muita exclusão social dentro das escolas, principalmente quando existem fatores negativos da parte dos jovens. Nós trabalhamos nisso, na prevenção. Fazemo-lo ao nível do segundo ciclo, mas também já ao nível do primeiro ciclo, com uma parceria com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo”, explicou.

Para a presidente da Cáritas nos Açores é preciso um contacto mais estreito com as famílias para combater o insucesso e o abandono escolar.

“Muitas vezes, associado ao baixo rendimento escolar, ao abandono, estão quase sempre famílias pouco preocupadas e que valorizam pouco a questão da escola. O nosso trabalho vai, também, procurar captar a atenção dessas famílias e de chamar à atenção para a importância que tem de ser dada ao estudo dos jovens”, frisou.

Anabela Borba defendeu, ainda, a necessidade de uma maior articulação dos técnicos das IPSS, como a Cáritas, com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, com as escolas e as famílias, para uma melhor e mais atempada intervenção nas situações de risco.

“Temos de ir mais longe e, se não existem ainda políticas suficientes ou se não existem meios, temos de os descortinar e chamar à atenção para o poder político. A culpa não é dele, naturalmente, mas existem situações que ainda não têm a resposta necessária”, salientou.

O edifício utilizado agora pela Cáritas, um antigo lar de acolhimento de crianças e jovens, foi alvo de obras de melhoria num investimento total de quase 200 mil euros, dos quais 170 mil foram financiados por fundos comunitários.

PALADARES PAROQUIAIS

100% natural, 100% social

Quando há 20 anos o padre Samuel Guedes, então com 27 anos, foi colocado nas paróquias de Arreigada, Ferreira e Frazão, no concelho de Paços de Ferreira, nenhuma das três tinha qualquer equipamento social, nem tão pouco estrutura física para o serviço pastoral. Existiam apenas as igrejas e as casas paroquiais, mas perante as necessidades das comunidades, o pároco quis alterar isso, criando, então, um Centro Social e Paroquial em cada uma delas.

E se por essa altura o dinheiro abundava em Paços de Ferreira, que permitiu mesmo construir os equipamentos sociais apenas com verbas angariadas nas comunidades, mais recentemente a situação alterou-se drasticamente. Tal como por todo o País, a crise abateu-se sobre a população pacense e o desemprego tornou-se, também ali, uma chaga.

"Há 20 anos não pensava que viessem bater-me à porta a pedir emprego e agora acontece todas as semanas", começa por referir o padre Samuel Guedes, relatando um episódio curioso, e que muito diz da sua personalidade: "A certa altura, numa entrevista na rádio perguntaram-me o que queria que o Menino Jesus me desse pelo Natal e eu respondi: Muito dinheiro. É um escândalo um padre dizer isto, mas eu queria muito dinheiro para poder dar emprego a todas as pessoas que já me bateram à porta a pedir trabalho".

Perante as dificuldades das pessoas das suas três comunidades, o pároco começou a pensar qual a melhor forma de as ajudar: "Pensei, tenho que dar de comer aos meus filhos e para isso tenho que criar estrutura para os poder ajudar. E se essa estrutura me possibilitar sustentabilidade para a obra social, melhor ainda. Então, ajustei às valências normais do que é um Centro Social e Paroquial, da terceira idade e da infância, e criei mais a do Emprego, que hoje é tão importante como um Centro de Dia ou um SAD".

Como refere, "o projeto em si não começou pela necessidade de sustentabilidade, que já estava na nossa mira, mas foi mais como necessidade de criação de emprego", pelo que o projeto era "criar uma coisa com futuro, com pernas para andar e que não fosse uma

brincadeira".

Então, aproveitando os recursos e saberes endógenos, o padre Samuel Guedes decidiu apostar na "produção de um produto que era muito querido no concelho": o queijo.

"Havia em Paços de Ferreira uma estação de laticínios, onde se ensinava a fazer queijo, mas as políticas há cerca de 10 anos ditaram o seu encerramento. Ficou a saudade do queijo bom e chegou a haver quem pensasse em pegar no assunto, mas ninguém avançou", conta, relatando a forma como acabaria por tornar-se num padre empresário: "Calei-me muito bem caladinho, porque o segredo é a alma o negócio, fui buscar os engenheiros que lá trabalhavam e desafiei-os para o projeto. Então, ressuscitei um produto que já tinha um rosto visível, tinha qualidade e estava à espera de surgir novamente. Atualmente produzimos, precisamente, os três queijos clássicos que aqui se faziam. E agora já brincamos, pois pegámos num deles, o mais intenso, e adicionámos-lhe o presunto, o salmão fumado e os orégãos e, assim, criámos três novos produtos".

É nesta altura que o padre Samuel Guedes decide criar a empresa Engenho dos Paladares, que foi buscar o nome a um engenho de linho que existia no local onde se ergue o edifício onde está instalada a cozinha da empresa e onde brevemente abrirá a loja «takeaway» [venda de comida para fora].

"A empresa está criada com dois pilares: o do catering e o dos queijos, compotas, doces e licores", afirma, explicando os objetivos que nortearam a criação de toda esta estrutura empresarial: "Criação de postos de trabalho, sustentabilidade dos seus donos, que são as três IPSS, e conseguir uma economia de escala".

Nos dias que correm parte dos objetivos já estão plenamente alcançados e com a perspectiva de expansão da empresa, os oito postos de trabalho criados inicialmente vão também aumentar.

"A questão da sustentabilidade ainda não é visível, apenas os objetivos da criação de emprego e da economia de escala é que estão sólidos. Quanto à sustentabilidade, se dissermos que o que temos abatido ao investimento

inicial tem sido bastante significativo, quando este estiver pago, vai pingar para as IPSS razoavelmente bem", argumenta, referindo que o projeto teve um investimento inicial de 300 mil euros, em que 200 mil foram alvo de uma candidatura ao PRODER, que comparticipou 60%.

O êxito da iniciativa em tempo de crise leva o padre Samuel Guedes a mostrar uma satisfação especial: "A palavra não é bonita, mas é o meu maior gozo é ter criado este projeto, que tem sucesso e está a crescer, numa altura em que a conjuntura económica não era nada favorável".

Todo o projeto, segundo o pároco, assenta numa espécie de "economia circular", porque "há aqui produtos que são necessários e que também podem ser partilhados".

É que paralelamente nasceu a produção agro-pecuária, como forma de minorar custos, não apenas à empresa, mas igualmente às três IPSS: "Temos um catering, mas precisamos de carne e de hortícolas. Assim, as comunidades têm duas quintas que produzem os produtos que o catering gasta".

Por dia uma das quintas já rende, por exemplo, 200 quilos de repolho. "Nos legumes que produzimos somos autossuficientes. Em carne somos quase autossuficientes nos porcos, mas não produzimos carne de vaca", revela, explicando a sinergia que conseguiu entre a produção de queijo e a criação de suínos: "Temos os porcos por causa do queijo, pois este liberta o soro, que é um subproduto tipo 3 e não pode ser deitado no coletor público porque é altamente poluente. Mas ao mesmo tempo é proteína e pode ser alimento para os animais. Portanto, em vez de ter uma empresa que me leva um balúrdio para recolher o soro, ele é dado aos animais e assim dou proteína aos porcos e conseguimos produzir boa carne".

A ideia das quintas surgiu primeiro do que tudo o resto, mas quando em 2011 decidiu avançar com a Engenho dos Paladares, o projeto exigiu uma reformulação total. "Tivemos que meter mais funcionários, pois só uma das quintas é que estava a produzir, construímos uma estufa, licenciámos a porcária, ou seja,



os porcos, e criámos uma estrutura financeira, uma pequena empresa, para a parte agro-pecuária, que se chama Quinta de S. José Agro-Pecuária. É que o catering tem um licenciamento industrial de topo com número sanitário e não pode comprar a qualquer um, tem que comprar a quem está licenciado no mesmo nível. Por isso, tivemos que licenciar a transformação do soro para alimento dos animais. Foi um ano violento em termos de licenciamentos", explica o padre Samuel Guedes, brincando mesmo com o assunto: "Em jeito de brincadeira disse aqui à minha gente que se o Bispo me despedir monto uma empresa de licenciamentos, porque estou especialista".

Assim, constituída a empresa, a produção dos primeiros queijos, cujo leite é fornecido por um produtor local, aconteceu no dia 8 de Dezembro de 2012.

"É o que chamamos o Queijo da Imaculada", diz, brincando, revelando: "Em 2013 já estávamos a transformar 200 litros de





leite/dia, o que era pouquinho, pois atualmente já estamos a transformar mil litros/dia, o que significa cerca de 180 queijos/dia”.

Com o sucesso da queijaria, outras oportunidades surgiram e o padre Samuel Guedes não lhes virou a cara: “No Natal, normalmente, há muita gente a pedir caixinhas e cabazes com queijos e iam dizendo que se houvesse uns docinhos era melhor... Então, em vez de gastar dinheiro a comprar bolachas e docinhos, decidi produzi-los também. E desta forma criei mais dois postos de trabalho. Começámos pelas bolachas tipo conventual, para o que me dei ao trabalho de arranjar receitas, nacionais e estrangeiras, e depois as compotas”.

Assim, a Paladares Paroquiais, marca entretanto criada no seio da Engenho dos Paladares, criou os próprios cabazes, quase exclusivamente com produtos próprios. Mas como faltava o vinho, que cai sempre bem a acompanhar o(s) queijo(s): “Então, fiz uma parceria para os vinhos, mas também com

projetos de sustentabilidade, ou seja, o vinho maduro vem do Seminário de Lamego e o vinho verde do Seminário do Porto”.

A empresa tem um volume de negócios à volta dos 120 mil euros, com os produtos Paladares Paroquiais a chegarem já ao estrangeiro.

“No queijo não temos tido problemas de escoamento porque temos aumentado a produção conforme a entrada de novos clientes. A nossa loja vende muito bem e os outros clientes também vendem muito bem os nossos produtos por todo o País. Temos dado a conhecer os nossos produtos através de feiras agroalimentares e o Facebook tem sido uma grande ajuda na promoção. Neste momento estamos a escoar os produtos sem problema algum e já exportamos para a Suíça, temos uma loja no Luxemburgo e recebemos recentemente contactos de Paris e de alguns espanhóis”, sustenta o padre Samuel Guedes.

Por isso não é de estranhar que na calha

esteja já a ampliação da empresa, cujos escritórios estão sedeados na casa paroquial de Arreigada e a queijaria, a doçaria e a loja da Paladares Paroquiais na casa paroquial de Frazão.

“Estamos neste momento com um projeto de ampliação da empresa para um novo espaço, aquilo a que podemos chamar uma fábrica de queijos a sério, o que provavelmente irá duplicar os postos de trabalho. Estamos a preparar-nos para irmos à guerra também no Portugal 2020”, afirma, revelando: “O projeto é abrir a loja do «takeaway» até ao verão. Está um pouco atrasado, mas não chegamos para as encomendas. E estamos prestes a avançar com a nossa cerveja artesanal. A Paladares Paroquiais vai ter até ao verão uma cerveja artesanal. A nossa ideia é fazer naquele espaço onde funcionará o «takeaway» um local onde num sábado à noite se pode comer uma tábua de queijos e se pode ainda beber uma cerveja artesanal. A ideia é as pessoas virem

ali, conviverem e comerem os nossos produtos. Assim, promove-se e, ao mesmo tempo, ajuda nesta sustentabilidade que pretendemos alcançar”.

Assim, na loja da Paladares Paroquiais e em muitos estabelecimentos comerciais de todo o País e em alguns países estrangeiros, o público pode encontrar diversos tipos de bolacha e pequenos bolos, licores, compotas de vários sabores e já uma grande variedade de queijos: “São todos Paços, menos um, pois era necessário completar a frase para ficar Paços de Ferreira. Então, chamámo-lhe Queijo do Ferreira, que é o rio, que juntamente com os outros de nome Paços completa o nome da terra. Essa era uma das preocupações que o nome onde o queijo é feito estivesse visível”.

Apesar de ser um projeto comercial, a Engenho dos Paladares nasce no seio das três IPSS a que o padre Samuel Guedes preside e é por elas que existe.

“Costumo dizer que este projeto é 100% natural, 100% social, porque os lucros da empresa são única e simplesmente para a área social. Aliás, está nos estatutos da empresa que os gestores não podem ter ordenado”, sublinha.

A este propósito as três IPSS a cargo do padre Samuel Guedes acolhem mais de 440 utentes – 104 no Centro Social e Paroquial de Arreigada e 170 em cada um dos outros dois (Frazão e Ferreira) –, que consomem quase de metade das 1000 refeições confeccionadas por dia, a que se juntam cerca de 600 fornecidas às escolas.

“A cozinha única, que acaba por estar na génese deste projeto de «takeaway», surgiu pela necessidade de economia de escala, pois tinha três cozinhas a funcionar e era muito mais difícil de gerir. E assim, com este catering servimos as três instituições e ainda uma outra IPSS ao fim-de-semana. E servimos ainda meia-dúzia de empresários”, refere.

Para além da ampliação da queijaria, o grande projeto social é a construção de uma ERPI, pois as instituições apenas têm as valências de Centro de Dia, SAD, Centro de Convívio e ATL.

“Temos em mão o projeto de um lar, que tem uma creche acoplada. E tínhamos um projeto de uma creche para cada um dos Centros, mas agora pensamos de maneira diferente. Neste momento, o lar é para avançar e já estamos a preparar a documentação para o Portugal 2020. É uma obra orçada em 1,5 milhões de euros e terá 45 camas”.

Estamos perante um exemplo bem-sucedido de empreendedorismo social pegando em algo tradicional, que para além de criar postos de trabalho, contribui para a sustentabilidade das instituições da qual nasceu, não ainda pela criação de novas receitas, mas pelo menos pela economia de escala que promoveu e ainda pela criação e diversificação da produção própria de vários produtos.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



António José da Silva
ajsilva@sapo.pt



A obsessão da iconoclastia

Foto: D.R.



Nas últimas semanas, muita gente ouviu falar, pela primeira vez, de uma cidade esquecida, embora classificada pela Unesco, há vários anos, como património cultural da Humanidade. Referimo-nos, à cidade de Palmira, agora conhecida como Tadmur que, no século III, sendo uma província romana, a famosa rainha Zenóbia quis transformar em capital do seu próprio reino. Situada no coração da Síria, a 210 quilómetros de Damasco, foi a ameaça de ser conquistada pelo chamado “estado islâmico” que justificou o relevo noticioso que os “media” lhe dedicaram. As imagens que acompanhavam os textos, mesmo que fossem quase só de ruínas, atestavam os motivos daquela classificação. Só por si, a beleza e a altura daquelas colunas chegavam para confirmar que estamos perante um tesouro cultural da Humanidade. A ameaça concretizou-se, os combatentes do “estado islâmico” conquistaram a cidade, e só não destruíram totalmente esse tesouro, porque algumas das suas riquezas foram retiradas a tempo.

A obsessão da iconoclastia parece ser uma das características dos fanáticos de todos os tempos. Veja-se o comportamento dos talibãs que, no ano de 2001, destruíram as famosas estátuas de Buda de Bamyan, com os seus 52 e 38 metros de altura respectivamente, levantando clamores de protesto em todo o mundo e tornando mais “aceitável” a invasão do Afeganistão. Veja-se ainda o que os combatentes do “estado islâmico” fizeram em diversas cidades históricas do Iraque e da Síria, e ainda no Museu de Mossul. É que, pelo menos aparentemente, a destruição de bens culturais, testemunhos e símbolos de outras civilizações, constitui um objectivo da sua luta pela implementação de um mundo novo. Ora acontece que, neste caso, a implementação deste mundo novo passa pelo culto da guerra, de tal modo que o líder do estado islâmico não teve dúvidas em proclamar, recentemente, e contrariando a maioria dos dirigentes muçulmanos, que o Islão é a religião da Guerra e não da Paz.

Embora estas afirmações não se devam tomar à letra, porque se inserem predominantemente numa estratégia de guerra psicológica, elas são suficientemente ameaçadoras para justificarem o receio de que o mundo enfrenta um inimigo visceralmente dominado pelo ódio e pela irracionalidade. A obsessão da iconoclastia é apenas uma das expressões mais visíveis desse ódio e dessa irracionalidade.

Padre José Maia
jose.maia@cic.pt



Mediterrâneo: Cemitério de refugiados

Num tempo em que o mundo se tem transformado num cenário de graves e continuados conflitos de diversas naturezas, com especial destaque para os conflitos que configuram vergonhosas “desumanidades” por atentarem contra elementares direitos humanos, tentarei, durante uns meses, partilhar com os leitores do SOLIDARIEDADE, que tenham por hábito passar os olhos por esta coluna de opinião, alguns extratos da mensagem que o Papa Francisco apresentou ao Mundo ao anunciar o JUBILEU EXTRAORDINÁRIO DA MISERICÓRDIA.

Começo com as dramáticas e recorrentes imagens que nos chegam de milhares de refugiados que, em pequenos barcos sem qualquer segurança, vão chegando a várias costas de países europeus na esperança de aí poderem sobreviver, drama que o Papa Francisco apresentou ao Mundo quando se deslocou, profética e corajosamente, a Lampedusa. Finalmente, e graças a uma eficaz denúncia do que se anda a passar em relação a milhares de refugiados, a Comissão Europeia anunciou um plano de ajuda destinado, para já, a 50 mil refugiados que se encontram, presentemente, em vários países, sem as mais elementares condições de vida. Gestos como este, dignificam a União Europeia e a sua obrigação moral e institucional de defesa da VIDA! Espera-se que, de futuro, esta preocupação de solidariedade para com os refugiados, se alargue a quem buscar na Europa o que nos seus países de origem lhe é negado. Porém, para além de gestos de solidariedade, exige-se da União Europeia e da própria ONU que trabalhem com inteligência e consistência em prol de políticas que possam alterar as causas geradoras desta nova escravidão nos vários países de proveniência destes refugiados.

Aliás, enquanto, por um lado, se apela às Autoridades Políticas nacionais e internacionais para que assumam as suas responsabilidades, o Papa Francisco associou-se a este combate, convocando a Igreja e todas as pessoas de boa vontade para a celebração de um JUBILEU EXTRAORDINÁRIO DA MISERICÓRDIA, que decorrerá no ano de 2016. JUSTIÇA NA DEFESA DO BEM COMUM, SOLIDARIEDADE, MISERICÓRDIA: três valores capazes de darem um precioso contributo para uma “maior humanização do Mundo”.



Foto: D.R.



Henrique Rodrigues
Presidente
do Centro Social de Ermesinde

A insustentável leveza

1 - Desde há vários dias que a Segurança Social ocupa o centro do debate público – que é, aliás, o lugar que lhe compete, já que se trata de uma entidade que ocupa também o centro da nossa vida.

Da nossa vida e da nossa morte: com efeito, mesmo antes de nascermos, já as nossas mães tiveram direito à licença de maternidade, subsidiada pela Segurança Social – e agora também os nossos pais, logo após o nascimento; recebemos depois o abono de família, embora sejam cada vez menos a recebê-lo (por nascerem menos e por serem menos a ter direito a ele); na vida activa, quando adoecemos e não podemos por isso trabalhar, ou quando somos despedidos (e também não podemos trabalhar, mesmo que o queiramos), é a Segurança Social que nos paga, em substituição do salário, o subsídio de doença e o de desemprego – também cada vez menor e durante menos tempo; quando não temos recursos mínimos para levar a vida para a frente, é o RSI ou o Complemento Solidário para Idosos que nos amparam – e já ampararam mais, na verdade; quando ficamos velhos, depois de uma vida inteira de trabalho, é também a Segurança Social a pagar-nos a reforma – também cada vez mais baixa, com os cortes da CES e dos subsídios de férias e Natal e a ameaça da Contribuição da Sustentabilidade; e é também desse fundo que vem um subsídio aos nossos filhos para nos pagar o enterro e a chamada pensão de viuvez, que legamos ao cônjuge que nos sobreviver – pensão essa que já teve morte anunciada (mas que, para já, embora em termos muito limitados, lá sobreviveu).

Esta centralidade bem merece, pois, que as diversas opções que vão a votos no próximo Outono nos digam ao que vêm, quanto ao futuro da Segurança Social: o mesmo é dizer, quanto ao nosso futuro.

2 - As televisões, a rádio, os jornais, não nos têm dado descanso: não há debate, não há comentário, não há opinião, na imprensa, no parlamento, nas iniciativas dos partidos, que não tratem, em registo normalmente contaminado, da Segurança Social.

Parece tema único, onde repousa a salvação ou de onde virá a condenação.

A perspectiva apresentada é, por via de regra, intencionalmente pessimista quanto ao futuro da protecção social pública.

Ainda na sexta-feira passada, no debate parlamentar, o Primeiro-Ministro não deixou de nos dar com clareza a sua opinião – e esta é no sentido de que existe, na verdade, um problema de sustentabilidade da Segurança Social pública, que só se resolve com diminuição de despesa ou transferências do Orçamento de Estado, isto é, com impostos.

A generalidade dos jornalistas, quando pega no tema, dá normalmente como adquirido o diagnóstico e como virtuosas as propostas que vêm na linha do que tem sido a acção governativa nos últimos quatro anos – em que, de facto, foram os cortes nas pensões em pagamento a grande fonte do chamado “ajustamento”, assim devendo continuar a ser no futuro.

Ainda no último “Prós e Contras”, na televisão pública, a apresentadora, Fátima Campos Ferreira, que não é conhecida como especialista na matéria, lá debitou a banalidade, para marcar o debate: “todos estão de acordo em que a Segurança Social é insustentável”, por estas ou próximas palavras.

Mas, em boa verdade, e nesse sentido, toda a despesa pública é insustentável: sejam as pensões, sejam as rendas das parcerias, sejam os swap’s, seja a conservação das estradas, sejam os salários dos trabalhadores do Estado, sejam as construções escolares, sejam os transportes públicos, seja o que for ...

Com efeito, não caindo o dinheiro do céu, como bem sabemos, e tendo sido ou estando em vias de ser privatizadas as empresas públicas que dão lucro – e que, portanto, são sustentáveis – o que sobra é despesa a cobrir com impostos, taxas ou contribuições.

Tudo insustentável.

Tomemos como exemplo a Justiça: apesar de as custas e taxas de justiça terem saltado na última meia dúzia de anos para valores que representam o esvaziamento do direito de acesso aos tribunais, tais receitas, pagas por autores e réus,

assistentes e arguidos, não chegam para pagar a máquina: vencimentos de juizes, procuradores e oficiais de justiça, consumos intermédios, manutenção de edifícios ...

Quer dizer: a Justiça é insustentável.

A própria Fátima Campos Ferreira deve ter-se esquecido que também ela, que é funcionária da RTP, recebe por verbas públicas – e que o seu vencimento é igualmente insustentável.

As receitas da exploração da RTP não chegam para pagar a despesa da empresa – pelo que lá tem de vir o Estado a pagar as indemnizações compensatórias, a fazer de conta que aquilo é serviço público, e pagá-lo como tal; e a obrigar-nos a todos a pagar para a televisão do Estado a contribuição para o audiovisual, para cobrir o défice.

Também a RTP é insustentável, cabendo aos pensionistas pagar, pelos cortes das pensões, parte dos salários dos trabalhadores da estação e conferir-lhe, por via fiscal, a sustentabilidade de que precisa.

É assim com tudo.

3 – Em artigo de opinião no “Público” do dia em que escrevo esta crónica, e com a sua habitual clareza, o Professor Alfredo Bruto da Costa põe nos termos devidos a questão da sustentabilidade da Segurança Social.

“... há quem considere estarmos perante um problema de sustentabilidade da Segurança Social, mais particularmente das pensões. E o raciocínio subjacente é tão simples como simplista: o nosso sistema de Segurança Social é de repartição, o que quer dizer que, em termos de tesouraria, os pagamentos das pensões de cada ano são feitos com as receitas do mesmo ano. Daí decorre uma série de considerações grosseiras, tais como a de que os activos de hoje estão a ser sugados pelos pensionistas de hoje, o de que as pensões têm de ser cortadas para se ajustarem às contribuições que se vão recebendo ...”

“A garantia da sustentabilidade financeira do sistema é da exclusiva responsabilidade de quem gere o sistema e não tem nada que lançar mão da intervenção de

terceiros, nomeadamente trabalhadores no activo, para explicar o problema. Que o sistema seja de repartição pura, de capitalização ou outro qualquer é uma questão da exclusiva responsabilidade do sistema. Como o nosso sistema é público, essa responsabilidade é do Estado e apenas do Estado. E este é um problema político e da política.”

“Uma das grandes mudanças que o evoluir das sociedades colocou na esfera da Segurança Social é ... a do alargamento do âmbito do sistema, da classe trabalhadora para a sociedade como um todo. Uma das consequências financeiras deste alargamento conceptual ... é a de que a Segurança Social deverá ser financiada por todas as fontes de rendimento ... Neste entendimento, deixa de haver razão para que apenas as empresas “trabalho-intensivas” contribuam para a Segurança Social e as “capital-intensivas” sejam isentas (ou quase) desse aspecto da solidariedade social, e, a título individual, para que apenas os rendimentos do trabalho contribuam para o sistema e os do capital sejam isentos.”

4 - Claro que o Professor Bruto da Costa tem os cabelos todos brancos.

Faz parte, portanto, da “peste grisalha” – designação com que a juventude social-democrata trata os velhos.

Não é de confiança para a tribo de jotas a quem a Ministra das Finanças anunciou o corte de 600 milhões de euros nas pensões em pagamento

(A “peste” quer-se longe ...)

Mas lembro que a proposta de tributação do Valor Acrescentado Bruto (não “da Costa”), como meio de diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social, já foi formulada por nomes próximos da actual maioria, como Miguel Cadilhe ou Bagão Félix, por algumas correntes do PS – embora não conste do Programa – e integra os Programas eleitorais do PC e do Bloco de Esquerda.

Ora cá temos um consenso alargado, como aqueles que o Presidente da República pediu.

Falta saber se o vai impor ... ou se fica para o próximo.

Uma onda pela coesão e inclusão

O Centro de Congressos do Estoril acolheu, nos passados dias 28 e 29 de Maio, o seminário «Coesão e Inclusão – Apanha a Onda», uma iniciativa com a qual a UDIPSS Lisboa, em parceria com a Câmara Municipal de Cascais, pretendeu criar um espaço de reflexão e debate que propague ondas de esperança pela sociedade.

Foram dois dias dedicados a uma temática muito cara às IPSS, como são a coesão comunitária e a inclusão social, em especial, dos mais desfavorecidos.

Na sessão de abertura, José Carlos Batalha, presidente da UDIPSS Lisboa, sublinhou que a iniciativa pretendia criar uma onda que todos os agentes sociais devem apanhar.

“Esperemos que o trabalho das instituições sociais envolva todas as autarquias e mobilize todos os portugueses a apanharem esta onda”, referiu José Carlos Batalha, acrescentando: “Importa que as IPSS, com as autarquias, tenham uma voz ativa na construção das respostas sociais necessárias”.

Ainda antes de Carlos Carreiras, presidente da Câmara Municipal de Cascais, dar as boas-vindas a todos os presentes e destacar o trabalho que a autarquia que lidera tem feito em prol do Setor Solidário, com o qual tem desenvolvido diversas ações, o presidente da CNIS, padre Lino Maia, após traçar um breve retrato da crise que Portugal tem vivido, destacou “a grande comunhão entre as instituições sociais”, sublinhando que “o Estado reconheceu a importância das instituições e foi promovendo o seu trabalho em prol das pessoas”.

De seguida, o padre Lino Maia apontou alguns desafios que o Setor Social Solidário enfrenta e que passam pela parceria com as autarquias, pois ambas “têm as pessoas como desafio e futuro, pelo que é importante que deem as mãos”.

“É importante esta comunhão entre as entidades e, apesar de poder haver a tentação de erguer muros, é importante que tal não aconteça”, referiu o presidente da CNIS, acrescentando: “Ideias diferentes são bem-vindas, mas temos que estar

sempre de mãos dadas. É na comunhão que melhor podemos resolver os problemas das pessoas”.

Este espírito foi potenciado igualmente na sessão de encerramento, que contou com a presença do ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Pedro Mota Soares, depois de fazer uma breve resenha sobre as múltiplas medidas adotadas pelo Governo na presente legislatura, agradeceu o papel das instituições sociais “pela enorme onda de solidariedade que tornou a sociedade mais forte”.

“Em conjunto conseguimos uma almofada social que permitiu atravessar a crise”, sustentou, apontando o desemprego como um dos principais problemas e lembrando que “o Setor da Economia Social foi aquele que mais emprego criou nesta legislatura”.

A terminar, o governante anunciou a aprovação, em Conselho de Ministro, do decreto-lei das bases da cooperação [ver texto na página 4].

Antes, José Carlos Batalha, presidente da UDIPSS Lisboa, considerou que os dois dias de trabalho foram um “espaço de aproximação das IPSS à reflexão e discussão de variadas problemáticas, animadas por personalidades de reconhecida qualidade”, defendendo que “a relação de parceria do Estado deve radicar num ambiente de cooperação e de confiança recíproca”.

Lembrando que “as IPSS são instâncias de proximidade”, que fazem a “mediação entre as populações e a Administração Central”, o líder da UDIPSS Lisboa apelou ao contributo de todos “para que esta onda, que desejamos se torne num tsunami e se transforme em ondas de esperança, seja inclusão em ação e um alicerce de coesão”.

Por seu turno, Carlos Carreiras, edil de Cascais, sublinhou a importância da Economia Social, pediu para que “confiem no Poder Local” e destacou o papel dos voluntários, “que são a alma das IPSS”.

No final dos trabalhos, José Carlos Batalha falou ao Solidariedade lamentando a fraca adesão das IPSS do distrito de Lisboa ao evento, principalmente “pela qualidade dos preletores e das comunicações



que preencheram os trabalhos ao longo dos dois dias”, garantindo que este tipo de iniciativas descentralizadas irá continuar, até porque “o balanço é bastante positivo”.

Quanto aos trabalhos propriamente ditos, o primeiro dia foi dedicado à área da Saúde, enquanto o segundo versou mais a área da ação social.

O dia inaugural acabou por ficar marcado pela questão da separação institucional do que é da Saúde e do que é da Segurança Social. É que muitas das IPSS da área da Saúde confrontam-se com problemas da área da ação social e vice-versa, sendo que o acompanhamento estatal não é o devido e peca sempre por defeito.

No primeiro painel, com a moderação

de Filomena Barros, jornalista da Rádio Renascença, e a participação de António Leuschner, presidente do Conselho Nacional de Saúde Mental, Manuel Carrageta, presidente da Fundação Portuguesa de Cardiologia, e ainda Luís Gardete Correia, presidente da APDP – Associação Protetora da Diabetes Portuguesa, a maior IPSS da área da saúde em Portugal, este foi um assunto muito debatido.

“O Estado devia encarar-nos como parceiros e não como entidades complementares”, afirmou Luís Gardete Correia, uma frase que resume bem muito do que foi dito neste primeiro painel.

Apesar de convidados, a maioria dos grupos parlamentares não se fez



representar no segundo painel do seminário, tal como o ministro da Saúde, Paulo Macedo, que foi representado por Luís Pisco, vice-presidente da ARS Lisboa. A moderação esteve a cargo de Maria João Quintela, presidente da Associação Portuguesa de Psicogerontologia e membro da Direção da CNIS.

Da parte da tarde, Castro Caldas, diretor do Instituto das Ciências da Saúde, fez uma intervenção que foi uma verdadeira pedrada no charco. O professor universitário defendeu que, “em termos neurológicos, o social é o tecido em que cada pessoa é uma célula”, sublinhando que “a relação com os outros é fundamental” e que “a vida é cognição”, pelo que “mais do que aplicações informáticas para ajudar as pessoas de idade é preciso arranjar-lhes um amigo”.

A fechar, Castro Caldas asseverou que “a formação é fundamental”, pois só assim quem trabalha nas instituições pode ajudar os utentes.

A fechar o primeiro dia de trabalhos, quatro instituições do concelho de Cascais – Associação Vitaminos, Associação Mundo a Sorrir, Associação Prevenir e Centro Comunitário da Paróquia de Carcavelos –, apresentaram alguns dos projetos que têm no terreno, como exemplos de boas práticas na área da saúde.

No segundo dia de trabalhos, a manhã foi preenchida por dois painéis moderados por Ivone Ferreira, assessora de imprensa do INEM, em que os preletores deixaram contributos muito interessantes no sentido de se aprofundar a discussão em torno de um conjunto de questões e ações que urge realizar.

«Participação social, participação cívica, emprego, respeito e inclusão» foi o tema do primeiro painel que contou com Rosa Neto, presidente da Cercira, padre Arsénio Isidoro, pároco da Ramada (Odivelas) e diretor

da Casa do Gaiato de Lisboa, Henrique Joaquim, presidente da Comunidade Vida e Paz, e Manuel Carvalho da Silva, investigador do Centro de Estudos Sociais.

O mote foi dado pelo pároco da Ramada, que depois de apresentar as instituições que dirige e as ações que desenvolvem como «polos dinamizadores de inclusão», relembrou aos presentes que “incluir é promover o desenvolvimento integral das pessoas”, acusando o Estado de se demitir das suas responsabilidades: “Recebemos jovens na Casa do Gaiato de Lisboa, enviados pelas CPCJ e Tribunais, mas vivemos inteiramente da sociedade civil, sem qualquer Acordo de Cooperação. O Estado pede-nos para fazermos a inclusão destes jovens, mas demite-se dessa mesma inclusão”.

Por seu turno, Carvalho da Silva começou por realçar “o lugar central do trabalho” no processo de inclusão, afirmando que “se o trabalho é central é o primeiro fator para a inclusão e a exclusão”.

Reforçando uma ideia que tem repetido em diversos fóruns, o investigador social, afirmou que “as disfunções nas instituições foram provocadas e as consequências sentem-se nas famílias e na rutura das relações entre gerações”.

Por isso, para Carvalho da Silva, é necessário “discutir o investimento social, a relação do Estado com o Terceiro Setor e a Segurança Social”, sublinhando que “o Estado tem que ser um cooperante e não um patrão”.

“Vivemos um tempo com cenários negros que são construídos para ser negros e para os quais nos dizem que não há alternativa. As políticas de subsidi dependência foram criadas objetivamente para criar dependência”.

Para Carvalho da Silva, “não se pode ser passivo perante a pobreza” e “a assistência de urgência não pode ser a política

normal”.

Rosa Neto, depois de apresentar o trabalho desenvolvido na Cercira, colocou o holofote da inclusão nas questões do trabalho, argumentando que “é pelo emprego que se inclui”, acrescentando que “a diferença entre incluir ou não incluir está em cada um se colocar no lugar dos outros”.

Sem papas na língua, o presidente da Comunidade Vida e Paz, instituição que trabalha “com pessoas em situação de sem-abrigo”, começou por dizer que “a denúncia também faz parte da solidariedade”, acusando: “Chega de exigir a sociedade civil, porque ela já está a fazer o que tem que fazer. O que vemos é ausência de reconhecimento das entidades do Estado e a penalização”.

Depois de afirmar que “se não querem ajudar, não atrapalhem”, Henrique Joaquim acusou o Estado de “falta de estratégia” e de praticar “uma política de ziguezague”, defendendo que “está na hora de exigir aos serviços do Estado uma estratégia, porque a Economia Social já está a implementar uma estratégia”.

Por isso defendeu que é necessário “passar do Programa de Emergência Social para um Programa de Promoção Social”, “tornar visível o valor do voluntariado” e “respeitar as instituições sociais”.

Por fim, o presidente da Comunidade Vida e Paz lembrou que “não há coesão sem solidariedade”, considerando um “erro crasso a aprovação da Lei de Bases da Economia Social, uma vez que olha para a solidariedade de forma económica”, lembrando ainda que “a palavra solidariedade aparece apenas uma vez em todo o documento”.

Henrique Joaquim defendeu que as instituições “não podem deixar confundir-se com a eficiência”, deixando mais uma forte crítica: “Parem com isso do

empreendedorismo. Estamos, de facto, a mudar o paradigma, mas parece-me que estamos a mandar o menino fora com a água do banho, sendo que o menino é a solidariedade. Não nos matem os sonhos e, por isso, espero que este tsunami tenha força para chegar a Lisboa e à Praça de Londres [sede do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social]”.

Carvalho da Silva corroborou esta posição, afirmando: “O conceito atual de empreendedorismo está todo ligado à criação de negócio e não podemos resumir o Terceiro Setor a negócios”.

Esta temática voltaria a ser abordada no Centro de Congressos do Estoril, no painel mais político-partidário do seminário da UDIPSS Lisboa, no qual participaram as deputadas Catarina Marcelino, do PS, Isabel Teotónio Pereira, do CDS-PP, e Maria Mercês Borges, do PSD. Foi já da parte da tarde, com moderação do vereador Frederico Almeida, da Câmara de Cascais, com as três a realçarem as virtudes da Lei de Bases da Economia Social, aprovada na Assembleia da República por unanimidade.

Ainda da parte da manhã, João Santa-Rita, bastonário da Ordem dos Arquitetos, e João Quítalo, presidente da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, abordaram a temática «Habitação, transportes e espaços públicos», deixando bastante ideias sobre a importância da arquitetura e do papel das autarquias na promoção da coesão das comunidades e da inclusão das pessoas.

Neste segundo dia, seis instituições do concelho de Cascais apresentaram no seminário as suas boas práticas na área social. A saber: Associação Torre 404, BUS - Bens de Utilidade Social, Cercica, Fundação AJU e Direção-Geral de Reinserção dos Serviços Prisionais.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)





Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO
VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
FAX: 21 042 00 88 / 21 424 94 88
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



INE

Taxa de desemprego desce para 13 por cento

A taxa de desemprego em abril recuou 0,2 pontos percentuais face a março, para 13,0%, segundo a estimativa mensal divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

"A estimativa provisória da taxa de desemprego para abril de 2015 situa-se em 13,0%, valor inferior em 0,2% à estimativa definitiva obtida para março de 2015", refere o INE.

Segundo o instituto estatístico, a estimativa provisória da população desempregada para abril é de 667,8 mil pessoas, o que representa um decréscimo de 1,6% face ao valor definitivo obtido para março (menos 10,7 mil pessoas).

Já a estimativa provisória da população empregada é de 4.486,3 mil pessoas, mais 0,5% do que no mês anterior (mais 22,1 mil pessoas).

Nestas estimativas foi considerada a população dos 15 aos 74 anos e os valores foram previamente ajustados de sazonalidade, sendo que os dados de abril correspondem ao mês central do trimestre composto pelos meses de março a maio de 2015.

A taxa de desemprego de 13,0% em abril

compara, em termos homólogos, com os 14,6% de abril de 2014.

Conforme nota o INE, em março de 2015 a taxa de desemprego não ajustada de sazonalidade foi de 13,4%, tendo diminuído 0,5 p.p. face ao mês anterior, sendo que em fevereiro de 2015 a taxa de desemprego também tinha diminuído (0,2%), após um período de quatro meses de acréscimos consecutivos, de outubro de 2014 a janeiro de 2015.

Em abril de 2015, a estimativa provisória da taxa de desemprego não ajustada de sazonalidade foi de 13,0%, tendo diminuído 0,4% face ao mês anterior e 1,6% relativamente a abril de 2014.

A descida da população desempregada em abril abrangeu todos os grupos analisados: adultos (1,3%; 7,3 mil), mulheres (2,1%; 7,2 mil), homens (1,0%; 3,5 mil) e jovens (2,8%; 3,4 mil).

No que se refere à população empregada, registou-se em abril deste ano um aumento em todos os grupos analisados: adultos (0,4%; 15,4 mil), homens (0,6%; 13,4 mil), mulheres (0,4%; 8,6 mil) e jovens (15 a 24 anos) (2,6%;

6,6 mil). A taxa de emprego situou-se em 57,3%.

BOA NOTÍCIA, DIZ MINISTRO

O ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, afirmou que a redução da taxa de desemprego em abril para 13% é um "dado positivo" e "uma boa notícia" para muitos portugueses.

Mota Soares considerou que os dados sobre o desemprego que foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística são "dados positivos, são uma boa notícia para muitos portugueses".

O governante sublinhou que "o desemprego desceu, continua a descer e desce até de forma consolidada e com significado".

Segundo o ministro, o último dado mensal conhecido sobre o desemprego era de uma taxa de 13,5%. "Neste momento, conhecemos um novo dado sobre o desemprego que aponta para 13% em abril. Isto é, certamente, uma boa notícia para 87.000 portugueses que no espaço de um ano saíram de uma situação de desemprego", salientou.

Mota Soares lembrou ainda que os dados divulgados são "[igualmente] uma boa notícia para cerca de 36.000 portugueses que de janeiro até ao mês passado saíram de uma situação de desemprego". E "só no último mês, 11.000 portugueses saíram de uma situação de desemprego", realçou ainda.

O ministro referiu também que os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) têm especial significado do ponto de vista das mulheres e dos jovens.

"Nós [em Portugal] chegámos a ter há cerca de dois anos uma taxa de desemprego muito elevada, chegou a rondar os 17,5%, de 17% desceu para 16%, de 16% desceu para 15%, de 15% desceu para 14% e agora desce mesmo para os 13%", sublinhou o responsável governamental.

Para o ministro, a taxa de desemprego divulgada "tem de dar, por certo, confiança e esperança aos portugueses que ainda estão numa situação de desemprego, e aos portugueses que regressaram ao mercado de trabalho para poderem olhar para o futuro com mais confiança".



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

JUNTO DAS:

INSTITUIÇÕES PARTICULARES
SOLIDARIEDADE SOCIAL

SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA

ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

CONSULTE-NOS EM

WWW.TSR.PT

[+351] 939 729 729

TSR@TSR.PT



ASSISTÊNCIA REMOTA
NOVO CONCEITO VIA
INTERNET



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
GRATUITA



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
NAS VOSSAS INSTALAÇÕES

SOLIDÁRIOS CONSIGO, HÁ 20 ANOS
OBRIGADO



TSR - CONTABILIDADE ESNL

TSR - UTENTES IPSS

TSR - UTENTES CT (AT)

TSR - IMOBILIZADO ESNL

TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (ACSS)

TSR - ORDENADOS

TSR - UNIDADES DE SAÚDE

NOVO

TSR - PROCESSOS CLÍNICOS

TSR - STOCKS

TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
(UTENTES, BANCOS, ASSOCIADOS, RENDAS, CAIXAS E
PAGAMENTOS A FORNECEDORES)

TSR - QUALIDADE
TERCEIRA IDADE, INFÂNCIA E JUVENTUDE

TSR - VIATURAS

TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

TSR - PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES

**100% CLIENTES
SATISFEITOS**

**DEMONSTRAÇÕES
GRATUITAS
SEM COMPROMISSO**

GRÁTIS

RUA DOS CUTILEIROS, 2684 1º - SALA 11
APARTADO 1071 EC LAMEIRAS
4836-908 GUIMARÃES

TEL.: [+351] 253 408 326 (3L/BA)
FAX: [+351] 253 408 328

LISBOA

Autarquia financia projetos de instituições sociais

A Câmara de Lisboa vai disponibilizar 1,14 milhões de euros para financiar projetos de 27 instituições da cidade, em várias vertentes da área social, desde o apoio a sem-abrigo, a rastreios de saúde e recolha de crianças.

Segundo o acordo assinado com as 27 instituições, o Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa prevê apoios na área a Saúde, Deficiência, Proteção de Crianças e Jovens, Desenvolvimento Comunitário, Sem-abrigo, Interculturalidade, Igualdade, Família, Comportamentos de Risco.

De acordo com o vereador dos Direitos Sociais, João Afonso, a autarquia recebeu a candidatura de 79 projetos, mas apenas 27 foram aprovados.

O protocolo, segundo disse, prevê que 10.100 pessoas sejam abrangidas por cuidados primários de saúde, 1.500 sejam apoiados por projetos de minimização de riscos e danos e serão ainda realizados 1.300 rastreios de VIH sida, hipertensão arterial e diabetes.

Além disso, será prestado apoio domiciliário a 9.460 idosos e a 200 cuidadores, num acompanhamento a 120 famílias em situação de dependência e solidão dos idosos.

Quanto aos sem-abrigo, serão realizados 2.145 atendimentos psicossociais, 1.100 contactos e a colocação de 36 cacifos.

No desenvolvimento comunitário, 5.360 pessoas irão beneficiar de novos projetos e serão realizados dois campos de férias residenciais para 80 crianças e jovens.

Na saúde, prevê-se o acompanhamento individualizado a 85 pessoas, 5.880 rastreios e 16.560 crianças serão abrangidas pela operação nariz vermelho.

Por outro lado, serão acolhidas 30 crianças refugiadas e mais de 25 pessoas com síndrome de asperger serão apoiadas.

Desenvolver o trabalho de investigação sobre homossexualidade e envelhecimento, criar um gabinete de apoio responsável pela promoção de sessões de prevenção e intervenção para 610 pessoas e ainda fazer a promoção de competências parentais a 24 famílias são outros dos projetos previstos.

Para João Afonso, o apoio agora dado tem em conta os interesses e necessidade de Lisboa e representa uma "partilha de responsabilidades" entre autarquias e instituições sociais.

O valor máximo atribuído a cada instituição é de 72 mil euros, ou seja, até 60% do valor total do projeto.

"O princípio é que todas as instituições tenham responsabilidade financeiras de financiar 40% do projeto", referiu o vereador.

Os projetos deverão ser realizados ao longo do ano e, no final, será feita uma avaliação dos resultados.

MAIS CRECHES PARA LISBOA

O presidente da Câmara de Lisboa anunciou que a autarquia vai criar mais creches na cidade, para servir não só os residentes como também a população que se desloca para trabalhar no concelho, tendo já definido freguesias prioritárias.

"O que importa é criar soluções que sejam mais rápidas do ponto de vista da concretização dos equipamentos", além de fazer a identificação "rigorosa dos sítios, dos locais exatos onde podem ser mais úteis e eficazes" para suprir as dificuldades das famílias, afirmou Fernando Medina.

O autarca socialista falava aos



jornalistas após a inauguração de uma creche na Rua João Chagas, freguesia de São Domingos de Benfica, gerida pela Associação de Educação e Promoção Social de Santos (APROS).

Fernando Medina assinalou que a cidade tem a particularidade de ter uma dimensão da população flutuante "muito elevada", pelo que se devem definir locais para a criação de creches.

Desde logo, em "zonas em que a pressão se coloca mais, não pela pressão demográfica residencial mas pela pressão demográfica do ponto de vista da população trabalhadora", enumerou o autarca, referindo-se às freguesias de Santo António e Avenidas Novas.

Porém, a prioridade do município são as zonas residenciais, "nomeadamente nas freguesias que estão aqui na coroa norte da cidade de Lisboa. Falo de São Domingos de Benfica, de Benfica, do

Lumiar, em que há carências identificadas do ponto de vista de números de creches", apontou.

Atualmente, existem 105 creches com acordos públicos na cidade, com capacidade para 5.800 crianças. Destas, 33 creches são apoiadas pelo município -- através da cedência de espaços ou da construção de infraestruturas --, num total de 1.880 crianças.

"Estamos a concluir essa análise da localização e da dimensão [de creches] que necessitamos nos próximos anos", mas "terá sempre um número com algum significado", frisou Fernando Medina.

O presidente do município salientou, contudo, que a autarquia não se pretende substituir ao Estado, no financiamento destes equipamentos, nem às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) na gestão das mesmas, trabalhando antes em parceria

ÁGUA GRATUITA

Tribunal dá razão à Associação de Solidariedade Estarrejaense

Uma sentença judicial deu razão à Associação de Solidariedade Estarrejaense que se viu confrontada com a cobrança da água fornecida a casas de famílias de baixos recursos.

A empresa Águas da Região de Aveiro (ADRA) reclamou judicialmente o pagamento do montante de 600 euros, relativo ao fornecimento de água a três casas daquela associação arrendadas a famílias de baixos recursos económicos.

De acordo com fonte associativa, a

Secção de Competência Genérica de Estarreja da Comarca de Aveiro (ex-Tribunal Judicial de Estarreja) deu razão à Associação, que alegava ser o fornecimento da água gratuito pelo Município, que passou a distribuição para aquela empresa.

A ADRA faz parte do grupo Águas de Portugal, que teve um lucro de 102,4 milhões de euros em 2014.

Segundo a advogada da Associação, Marisa Macedo, quando a ADRA recebeu o

sistema de água e saneamento do concelho de Estarreja, "sucedeu na posição contratual de prestadora de serviço ao Município de Estarreja. Assim, se a Câmara, no âmbito dos seus apoios sociais, na altura, fornecia água de forma gratuita àquelas habitações, a ADRA não podia vir cobrar tal dinheiro, porque, contratualmente, ocupa a mesma posição da Câmara, o que, agora, foi aceite pelo tribunal"

No processo foi testemunha o ex-presidente da Câmara de Estarreja, Vladimiro

Silva, que confirmou que a Câmara a que presidiu, por unanimidade do executivo, tinha decidido fornecer água àquelas casas de famílias carenciadas, sem qualquer custo.

A Associação de Solidariedade Estarrejaense "congratula-se com a decisão do tribunal, reafirmando que a mesma constitui um incentivo acrescido e uma forte motivação, para que continue com o seu trabalho social em prol das famílias carenciadas do município".

Sobre a Desigualdade

Salário Mínimo e Salário Máximo

Em relação ao tema da desigualdade, como em geral acontece com os temas complexos, é muito mais fácil enunciar os problemas do que resolvê-los.

Mas antes de entrarmos propriamente no domínio das putativas soluções ainda necessitamos de precisar um pouco mais os conceitos.

É necessário distinguir entre a desigualdade primária, a que resulta da distribuição de rendimentos pelo funcionamento “normal” da economia, e a desigualdade que “sobra” depois da intervenção do estado através dos mecanismos de protecção social.

O gráfico seguinte mostra como esta distinção é importante:

Estamos habituados a pensar que os



países mais igualitários do mundo são as sociais-democracias do norte da Europa o que é rigorosamente verdade.

De facto, os coeficientes de Gini, após a redistribuição do estado (barras azuis mais escuras), são nessas paragens os mais baixos do mundo.

Contudo, se olharmos para os coeficientes de Gini antes da intervenção do estado (barras azuis mais claras) vemos que eles não variam assim tanto e que mesmo os Estados Unidos têm um coeficiente semelhante ao da França ou da Alemanha. Ou seja, as políticas públicas fazem toda a diferença.

Uma segunda distinção é entre a desigualdade que resulta da diferença de oportunidades e a que resulta do esforço e do talento individuais.

Esta distinção é importante porque se é fácil ter repugnância moral pela primeira é muito mais difícil argumentar moralmente contra a segunda. De facto, numa sociedade em que todos partissem de uma posição similar e onde o que tem mais o deve exclusivamente ao seu trabalho e/ou ao seu talento, não há argumento moral contra a desigualdade.

Claro que isto é uma falácia. Desde logo porque seria necessário garantir a

proporcionalidade entre talento e remuneração. Depois porque o argumento só pode ser válido para uma geração. Se no momento zero todos partirmos de situações similares é fatal que no momento um já não seja assim. Os mais dotados ou mais trabalhadores podem uma formação melhor aos seus filhos, podem influenciar positivamente as suas carreiras e o paraíso moral da similitude das oportunidades desaparece.

Caros liberais, não há como fugir ao problema moral!

Podemos lutar contra a desigualdade influenciando a distribuição primária dos rendimentos ou recorrendo a políticas públicas de redistribuição.

A forma mais antiga de limitar a injustiça da distribuição primária é a fixação de salários mínimos legais.

Os primeiros salários mínimos legais apareceram no final do século XIX, curiosamente, no mundo anglo-saxónico. Na Europa, o Reino Unido foi o primeiro a abraçar a ideia. Nos Estados Unidos foi introduzido nos anos 30 do século passado por Theodore Roosevelt que defendia a medida contra os opositores liberais dizendo que se um negócio não pode pagar decentemente aos seus trabalhadores, então não tem direito a existir.

Actualmente a maior parte dos países da OCDE têm salários mínimos fixados na lei. Num total de 34 membros, 26 têm salários mínimos legais. Na União Europeia a 27, 18 países têm salários mínimos legais. Entre os que não têm contam-se a Alemanha (vai ter a partir de 2015), a Itália, a Suécia, a Dinamarca, a Finlândia, a Áustria e Chipre. Nestes países a fixação dos salários mínimos não está na lei mas nos acordos sectoriais entre patrões e trabalhadores.

Embora o salário mínimo legal tenha uma força moral enorme e actualmente faça parte do ordenamento político/social do mundo desenvolvido, a verdade é que o conceito foi sempre muito polémico quer entre políticos quer entre economistas.

O argumento liberal mais sólido contra a fixação do salário mínimo legal é que, contrariamente às boas intenções dos seus defensores e promotores, o salário mínimo pode prejudicar aqueles que visa defender.

Em princípio, os mais desprotegidos, os que podem ser forçados a aceitar salários mais baixos, são os menos qualificados (competências escassas) e os mais jovens (escassa experiência).

Se o salário mínimo for fixado muito alto em relação ao salário mediano (para este

efeito a mediana é mais importante que as média) os grupos mais desprotegidos correm o risco de empregabilidade.

Imaginem que o salário mediano em Portugal ronda os 900 euros por mês. Se o salário mínimo estivesse demasiado encostado aos 900 euros, muito dificilmente os menos qualificados e os mais jovens encontrariam trabalho. De facto, porque razão se contrataria um jovem sem experiência ou alguém sem qualificações se é possível contratar, quase pelo mesmo salário, gente experiente e qualificada?

Os economistas liberais, como Milton Friedman, defendiam que o melhor é deixar o mercado funcionar e, caso se pretenda proteger os mais pobres, usem-se os subsídios públicos para o efeito.

Aqui, como quase sempre, os economistas liberais fundamentam a sua visão do mundo e da vida num pressuposto que considero errado: o da neutralidade moral dos mercados, ou seja, na ideia de que os mercados não afectam, com o seu funcionamento, o valor moral daquilo que por lá se transacciona.

Porventura, Milton Friedman e os seus seguidores esqueceram-se de que o trabalho tem uma dimensão moral, que não é indiferente para um cidadão ver reconhecida a dignidade do seu trabalho com uma remuneração justa ou ser injustamente pago pelo que faz mas compensado depois por políticas públicas generosas.

Eu, que até me esforço por ser liberal, sou um defensor dos salários mínimos fixados na lei geral do estado. Provavelmente se vivesse na Suécia, na Dinamarca, na Finlândia ou mesmo na Alemanha, sentir-me-ia confortável com um sistema de mínimos livremente fixado, sectorialmente, por patrões e empregados. É obviamente melhor que um salário mínimo único aplicável a toda a economia – o que está certo para a restauração pode estar menos certo para a construção civil. Mas, se bem sei do que a casa gasta aqui na Europa do Sul, “just in case”, deixem lá estar o salário mínimo fixado na lei e aplicável a todas as actividades.

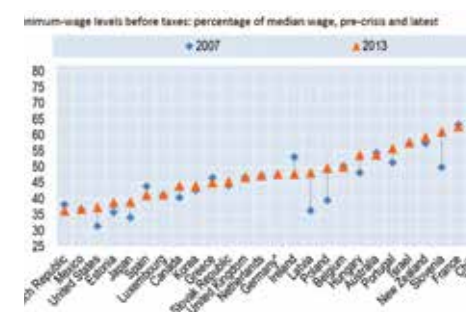
Claro que os riscos enunciados pelos liberais não são imaginários, pelo contrário, são bem reais. Contudo, também aqui, é tudo uma questão de dose e de bom senso.

É evidente que não existe a balança de precisão que nos permita saber até onde, ao centímetro, podemos levar o salário mínimo versus o salário mediano, sem desencadear os efeitos perversos de empregabilidade dos mais fracos.

José Figueiredo
Economista



Há, contudo, um certo consenso que, salários mínimos até 60% do salário mediano, não contêm risco de overdose. Quando olhamos para o quadro geral dos salários mínimos nos países da OCDE verificamos que a esmagadora maioria cumpre a regra prudencial.



O actual salário mínimo em Portugal deve andar um ligeiramente por baixo dos 60% do salário mediano e, em minha opinião, tem margem para subir um pouco. No documento que o PS encomendou a um grupo de economistas, a maioria independente do Partido, o tema do salário mínimo está ausente. Provavelmente porque nesse documento é proposta uma medida que pode, em certo sentido, ser alternativa a aumentos do salário mínimo – o “imposto negativo” sobre trabalhadores com rendimentos muito baixos.

O programa do PS ainda não está pronto à hora a que escrevo, por isso ainda não é líquido o que vai ser proposto pelo PS em matéria de salário mínimo. Em relação à actual maioria desconheço completamente o que alvitram sobre o tema.

Seja como, contrariamente ao que parecem pensar os economistas consultados pelo PS, defendo que a existência de “impostos negativos” para os trabalhadores com rendimentos muito baixos não é alternativa à actualização do salário mínimo – podem e devem coexistir as duas medidas.

Mas não se faz justiça apenas colocando um mínimo nos salários – a justiça exigiria também que se colocasse um máximo. Só que, enquanto a lógica do salário mínimo é quase consensual entre o mundo desenvolvido, salário máximo ainda não existe em nenhum país da OCDE.

Não se pense, contudo, que a ideia de fixar salários máximos, ou regras de cálculo para os salários máximos, na lei é um delírio de intelectuais mais ou menos diletantes. De todo! É um assunto que está a ser debatido um pouco por todo o lado e que um país altamente desenvolvido já colocou em referendo nacional.

Como isto hoje já vai longo fica para o próximo texto.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt





As pessoas em primeiro lugar...

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 **Fax:** 22 600 17 74 -

e-mail: jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia

Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo

Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

Situação melhorou mas continua preocupante

A situação de carência alimentar das pessoas que recorreram à ajuda de instituições sociais no ano passado melhorou relativamente a 2012, mas continua preocupante, segundo a investigadora Tânia Correia, autora de um estudo sobre o assunto. “Assistiu-se a uma diminuição das carências no plano alimentar. Nas questões relativas à alimentação notou-se uma melhoria” em relação a 2012, disse Tânia Correia, que elaborou o estudo para o Banco Alimentar e para a Entreeajuda.

A terceira edição do estudo sobre os utentes das instituições de solidariedade social, que teve outras edições em 2010 e 2012, revela que, apesar da melhoria da situação alimentar, em 2014 uma em cada três pessoas que recorreram a estas instituições afirmou ter passado fome pelo menos uma vez por semana devido à falta de dinheiro.

Segundo o estudo, realizado em 216 instituições, cerca de 20 por cento dos 1.889 utentes de instituições sociais inquiridos afirmaram ter tido falta de alimentos ou sentido fome “alguns dias por semana” nos seis meses anteriores e 13 por cento referiu que tal aconteceu “pelo menos um dia por semana”.

Tânia Correia lembrou que os utentes das instituições de solidariedade social recebem sobretudo apoio alimentar e que, apesar de se sentirem “realmente menos carências alimentares”, a situação continua preocupante.

Por outro lado, a investigadora destaca o facto de os utentes reconhecerem que a sua situação melhorou, sem que se tenha alterado o nível dos rendimentos disponíveis.

“Melhorou a situação não tendo havido alterações significativas naquilo que é o rendimento mensal das famílias”, disse.

Acrescentou, por outro lado, que não é possível perceber pelo estudo a que se deve esta perceção mais positiva dos utentes relativamente à sua vida.

“Uma hipótese que coloco é que do lado das instituições tenha havido um apoio maior a estas famílias e, por isso mesmo, as pessoas sintam menos necessidades a nível alimentar”, acrescentou.

“Apesar de a situação económica não se ter alterado, [...] a perceção que as pessoas têm em relação ao rendimento disponível é mais positiva. As pessoas sentem-se menos pobres em 2014 face a 2012”, sublinhou.

Segundo o estudo, em 52% dos agregados familiares, o rendimento mensal era igual ou inferior a 400 euros (25% das famílias ganhavam menos de 250 euros, 28% entre 251 e 400 euros, 20% entre 401 e 500 euros e 28% mais de 500 euros), dados que se mantêm em relação a 2012.

A casa (70%) e a alimentação (64%) eram as duas maiores despesas, de acordo com os inquiridos, seguidas das despesas com a

saúde (39%).

Em 2010, cerca de 72% dos inquiridos dizia sentir-se pobre, em 2012, 82% referiram-no e em 2014 o valor foi de 79%.

Quanto ao perfil dos utentes que procuraram as instituições de solidariedade social, Tânia Correia adiantou que são sobretudo pessoas desempregadas, muitas no desemprego há mais de dois anos.

Há agregados em que existe mais do que uma pessoa desempregada e pessoas reformadas, como rendimentos baixos, e que recorrem às instituições sobretudo para ajuda alimentar.

ESTUDO CONFIRMA CARÊNCIA

Uma em cada três pessoas que recorreram a instituições de solidariedade social no ano passado afirmaram ter passado fome pelo menos uma vez por semana devido à falta de dinheiro, revela um estudo realizado em 216 instituições.

Segundo o estudo, promovido pelo Banco Alimentar contra a Fome e pela Entreeajuda, cerca de 20 por cento dos 1.889 utentes de instituições sociais inquiridos afirmaram ter tido falta de alimentos ou sentido fome “alguns dias por semana” nos seis meses anteriores e 13 por cento referiu que tal aconteceu “pelo menos um dia por semana”.

Apesar disso, o estudo assinala que os dados recolhidos em 2014 e 2015 revelam uma melhoria na situação alimentar destes utentes relativamente a 2012 (26 e 14 por cento respetivamente), quando tinha sido realizada a última edição deste trabalho, iniciado em 2010.

“Verificou-se um aumento significativo dos utentes que referem nunca ter tido fome ou falta de alimentos por falta de dinheiro, diminuindo a percentagem daqueles que sentiram fome ou falta de alimentos alguns dias por semana”, diz o estudo.

Ainda assim, 26 por cento dos utentes referiu que tinha passado um dia inteiro sem ingerir quaisquer alimentos por falta de dinheiro, percentagem que em 2012 era de 39 por cento.

A percentagem de utentes que recorreu à ajuda das instituições de solidariedade social (51 por cento) mantém-se ao mesmo nível de 2012 e o apoio alimentar, na forma de cabazes ou refeições, foi a principal área em que os inquiridos receberam ajuda (87% dos casos).

Os inquiridos no estudo são na sua maioria desempregados (38%) ou reformados (29%), com uma média de idades de 53 anos, e na maioria casados ou a viver em união de facto (43 por cento).

Em 66 por cento dos casos havia uma ou duas pessoas desempregadas no agregado familiar, que eram constituídos em média por três pessoas.

Relativamente à situação económica, em

52% dos agregados familiares, o rendimento mensal era igual ou inferior a 400 euros (25% das famílias ganhavam menos de 250 euros, 28% entre 251 e 400 euros, 20% entre 401 e 500 euros e 28% mais de 500 euros), dados que se mantêm em relação a 2012.

A casa (70%) e a alimentação (64%) eram as duas maiores despesas, de acordo com os inquiridos, seguidas das despesas com a saúde (39%).

Cerca de metade dos inquiridos (50%) referiu gastar, por mês, com a casa (incluindo renda ou empréstimo, água, luz, gás, telecomunicações) até 250 euros e cerca de um quarto gastava entre 251 a 400 euros mensais com a casa.

Para 53% dos utentes, o rendimento da família nunca era suficiente para viver e 33% referiu que às vezes era suficiente.

O inquérito adianta que, apesar do sentimento negativo das respostas, os inquiridos têm uma perceção sobre o seu rendimento familiar

mais positiva do que em 2012 (60% dizia em 2012 que o rendimento da família nunca era suficiente para viver).

Os dados do estudo permitem perceber uma “ligeira melhoria das condições de vida dos indivíduos ou pelo menos da perceção que estes têm acerca daquelas”.

Em 2010, cerca de 72% dos inquiridos dizia sentir-se pobre, dois anos depois tal situação foi apontada por 82% e em 2014 o valor é de 79%.

Entre os que se sentem pobres destacam-se sobretudo aqueles que têm menos de 65 anos, com rendimentos baixos e com escolaridade abaixo do ensino secundário.

Sobre as causas da situação de pobreza, 47% das respostas atribuem a sua pobreza ao desemprego ou aos baixos rendimentos, enquanto 38% dos inquiridos consideram que são pobres devido a alguma fatalidade (destino, doenças ou acidentes).



Agente Especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Apartado 2011 . 4200-001 Porto
Tm: 934 091 417 . Fax: 225 401 284
info@milplus.pt
www.milplus.pt.



Miele
PROFESSIONAL